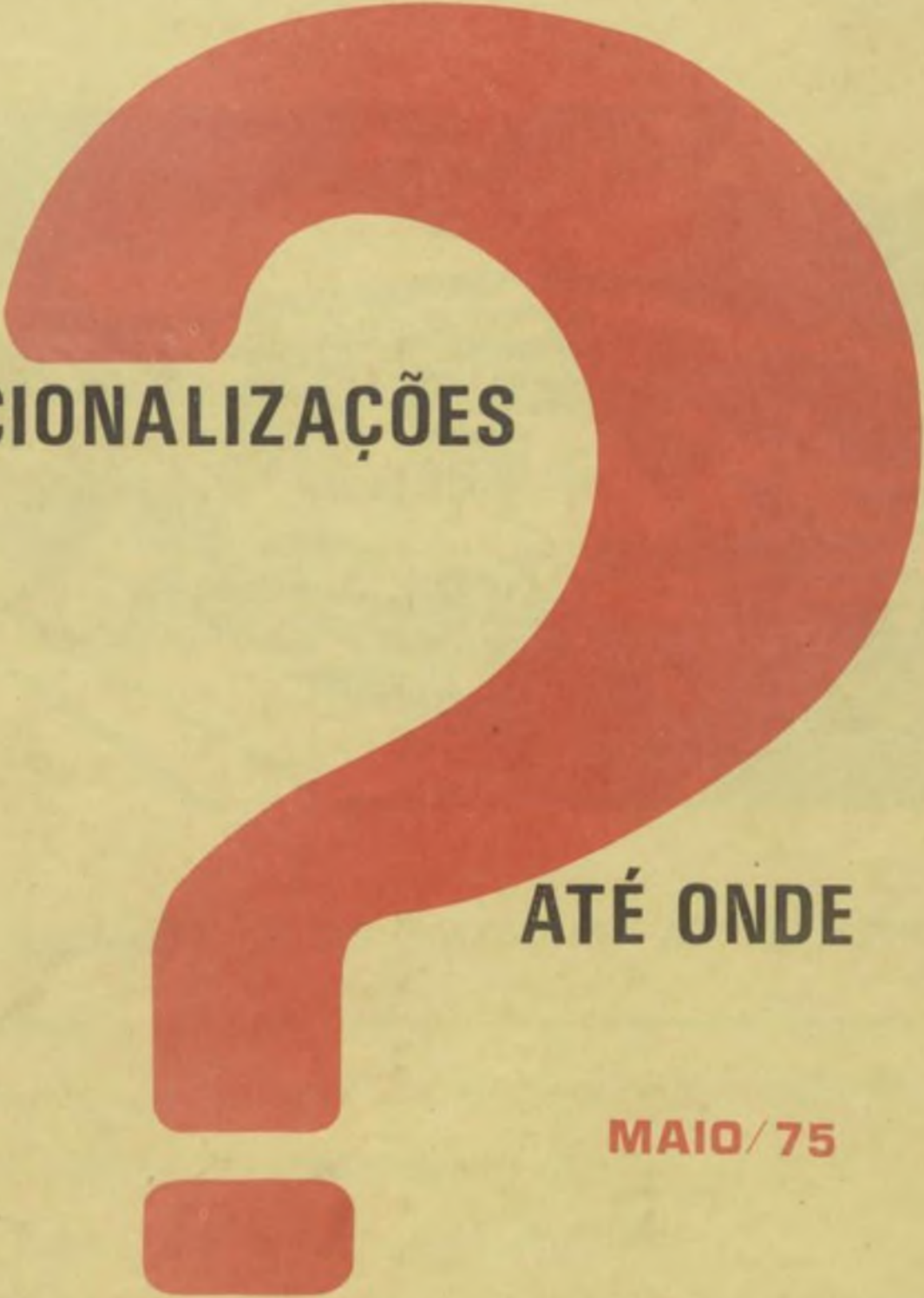


ARMA / CRÍTICA



NACIONALIZAÇÕES

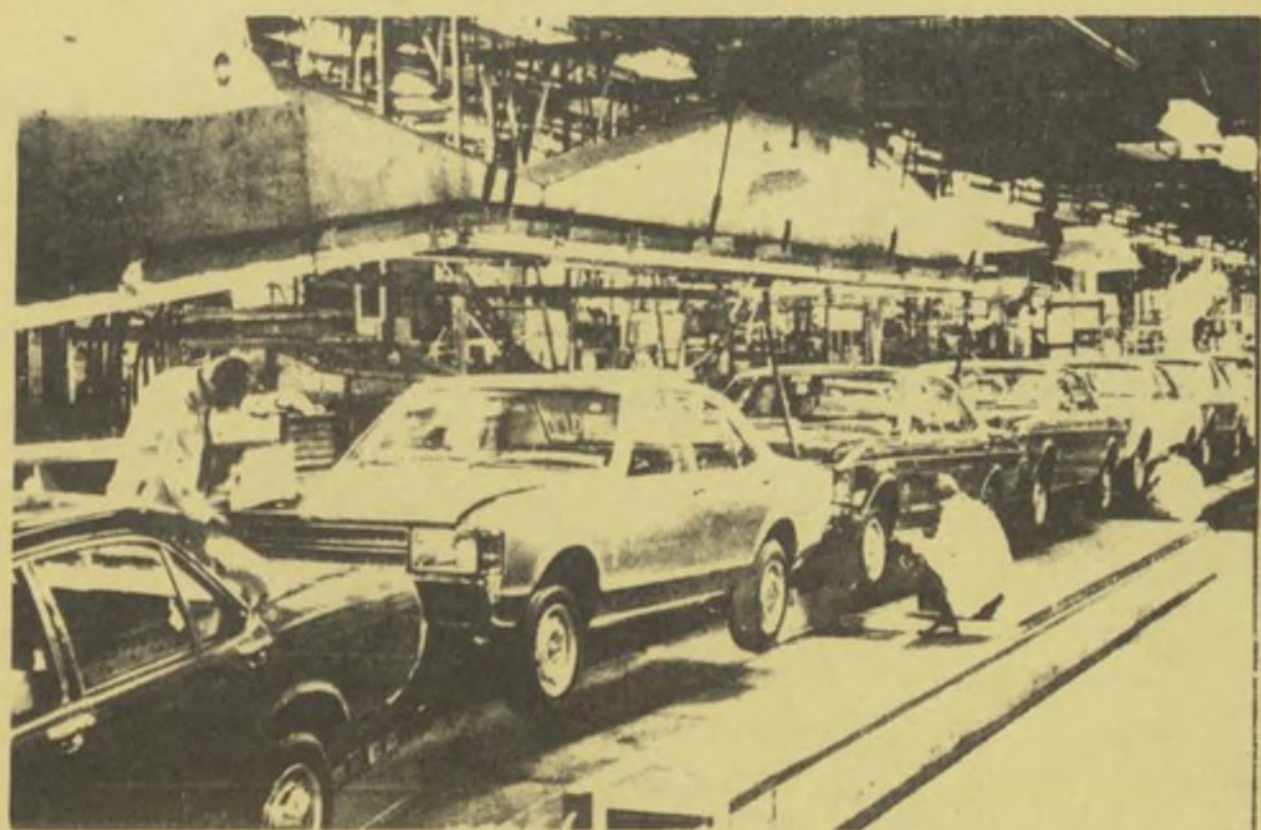
ATÉ ONDE

MAIO/75

1

**A ARMA DA CRÍTICA NÃO PODERÁ
SUBSTITUIR A CRÍTICA DAS ARMAS**

K. MARX



CONTROLE DA PRODUÇÃO PELOS TRABALHADORES ?

SUMÁRIO

• NOTA DE ABERTURA	1
• A ACTUAL FASE DA LUTA DE CLASSES E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	2
• TÓPICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO PORTUGUÊS	5
• GRUPOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL	8
• AS NACIONALIZAÇÕES E A CONJUNTURA ECONÓMICA	12
• NACIONALIZAÇÕES: Estatização x Socialização.	17
• A CADEIA DAS METÁLICAS NA ECONOMIA PORTUGUESA EM 1973	23

nota de abertura

1. - O aparecimento deste primeiro número da revista "ARMA/CRITICA" num momento particularmente agudo de crise política, social e ideológica do capitalismo português, deverá ser fundamentalmente entendido como um contributo do Movimento Estudantil para a desmontagem da ideologia burguesa sobre as diferentes temáticas que a Escola ainda veicula, o qual possa efectivamente permitir a institucionalização de um tipo de ensino que objectivamente sirva os avanços da luta anti-capitalista e seja um apoio à concretização da efectiva emancipação dos trabalhadores.

2. - Nesta ordem de ideias e dada a actualidade de diversos temas que respeitam à economia portuguesa, tais como as nacionalizações, a reforma agrária, etc., e para a concretização dos quais diversas perspectivas têm sido avançadas quer a nível do aparelho de Estado, quer mesmo a nível dos diversos aparelhos partidários, não tendo em conta a expressão da vontade dos trabalhadores manifestada nas suas lutas nas empresas, nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação, etc., e sobretudo que tais processos deverão ser efectivamente controlados pelos mesmos, considerou a Direcção da A.E. de Económicas que seria de fundamental interesse o lançamento de "ARMA/CRITICA" de forma a que, ultrapassando os muros da Escola, possa assim duplamente contribuir para o avanço, no terreno ideológico, de uma perspectiva radicalmente diferente da função social da Escola e particularmente Económicas, aqui e agora, e possa também permitir, no campo político a ligação entre a teoria social e a sua aplicação à realidade portuguesa, unificando as estruturas progressistas da Escola aos órgãos de poder operário e popular.

3. - Concretizando o objectivo da revista, resta definir os moldes em que a mesma funcionará. Para isso, achamos que à "ARMA/CRITICA" deverão ter acesso todos os interessados (estudantes, professores, etc.) que aí pretendam colaborar, formando grupos de trabalho que constituirão as suas estruturas fundamentais. Haverá ainda um Comité de Redacção, responsável perante a Direcção da AE, não só pela publicação dos textos na revista, como pelo funcionamento da mesma e que deverá atender à prioridade dos temas, que neste momento, deverão privilegiar aqueles que se centrem à volta de análises sobre a realidade portuguesa, bem como incentivar a participação dos grupos de trabalho e permitir que periodicamente (pelo menos uma vez por mês) a "ARMA/CRITICA" possa ser publicada.

A ACTUAL FASE DA LUTA DE CLASSES E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

1 - A situação política, de profunda crise de dominação da burguesia, pode-se caracterizar pelo avanço crescente das massas trabalhadoras (quer no aspecto ideológico, quer no aspecto organizativo), pelo recuo e desorganização da burguesia e pela divisão do poder político - no seio do qual se deglábiam forças conflituosas, sob a hegemonia das forças reformistas, exprimindo estas um leque de forças ligadas ao proletariado, pequena e média burguesia sob a direcção política destas.

2 - Com o 11 de Março, o processo político em curso sofreu uma aceleração muito importante. Vive-se neste momento uma situação pré-revolucionária, caracterizada pelo início da fase de consolidação e alargamento dos órgãos do poder operário e popular (com. trabalhadores, com. aldeia, com. moradores) com vista à fase de centralização, elaboração e execução de um projecto político global revolucionário.

RAZÕES DO 11 DE MARÇO

3 - As razões base que estiveram na origem do 11 de Março foram essencialmente a generalização das lutas dos trabalhadores nos locais de trabalho, o reforço da iniciativa popular em todos os terrenos de luta, e as causas próximas, a pressão do imperialismo, e a desagregação do bloco popular tradicional PC/PS (em torno de questões como a unicidade sindical) e a proximidade das eleições e a institucionalização de MFA.

4 - O avanço das lutas trabalhadoras, a partir de Janeiro, e o usufruto das liberdades burguesas, conduziram a uma rápida reorganização da direita a qual assumiu, a nível político formas anti-comunistas e a recusa ou entaves postos à institucionalização do MFA; e no plano militar se traduziu em tentativas de desmantelamento das unidades militares mais progressistas - tudo isto interligado com a recuperação política do fascista Spínola (entrevista ao "Expresso", recusa de Soares em o denunciar na questão de

Moçambique.

5 - As forças da burguesia no 11 de Março caracterizavam-se em dois estratos:

a) PDC/CDS, ligados ao terreno spínolista propriamente dito, esperando no mais puro estilo de direita pôde criar condições para o regresso a uma "situação de ditadura" - concretizando assim o sentido político do último discurso de Spínola; do ponto de vista militar esta opção passou (e passa) pelo estímulo à organização golpista das forças spínolistas não saneadas em articulação objectiva com a reorganização dos aparelhos dos ex-partidos fascistas "Liberal" e "Progresso", em Portugal e no estrangeiro (ELP) - forças políticas manobradas pela CIA.

b) PPD/PS, expressão diferente de social-democracia, unificados numa perspectiva anti-comunista de defesa do essencial da ordem capitalista, jogando fundamentalmente na realização das eleições burguesas sem interferência do poder militar,

com vista à anulação das forças que pudessem dar saída consequente ao actual processo revolucionário e à instrumentalização das forças reformistas. O PS tem desempenhado o papel claro de aproveitar alguma audiência ao nível das classes trabalhadoras, que lhe advém dos tempos do fascismo, para tentar reflectir no movimento popular de massas os interesses da social-democracia europeia.

6 - Deste modo se chegou à situação do 11 de Março:

a) As forças da burguesia salivando com a proximidade das eleições para se reorganizar fortemente e impor soluções autoritárias logo após o deslocamento para a direita que os resultados das eleições permitem.

b) O reformismo de raiz operária entalado entre a necessidade de não perder posições e a incapacidade de combater a reacção de uma forma consequentemente anti-capitalista, preso na sua linha de con-

ciliação de classes e de seguidismo.

c) A chamada extrema-esquerda marginalizada e isolada do processo em curso, captando as forças que o reformismo marginaliza, incapaz de compreender o actual processo (incapaz de definir correctamente o inimigo principal e o secundário e os aliados tácticos da Revolução).

d) A fase atrasada (política e organizativamente) das organizações de massa que exprimem os interesses operários e populares e consequentemente o atraso da sua expressão política (vanguarda revolucionária).

9 - Os objectivos do 11 de Março que as forças mais "realistas" da burguesia teriam preferido que fosse um pronunciamento militar e não um golpe sangrento, seriam de criar condições de extrema agitação política (ameaça ou início de guerra civil militar) e que daria lugar a uma intervenção "centrista" (nem fascismo, nem comunismo) e que possibilitaria um integral aproveitamento das eleições burguesas, assim como o afastamento imediato de algumas forças dos órgãos do poder, sob a figura carismática do fascista do monóculo.

militares progressistas e das massas trabalhadoras (cuja acção foi decisiva no RAL)).

*

O QUE FOI O 11 DE MARÇO

7 - O 11 de Março, foi, pois, politicamente, a "precipitação" das forças mais reaccionárias do capitalismo português como inerente "descoordenação" política e militar da direita.

8 - Note-se ainda, que nas vésperas do 11 de Março, a tentativa do PC - após um período de discussões - em reconstruir o bloco popular tradicional pelo "namoro" ao PS - renunciou um período de isolamento das forças mais à direita e acelerou o seu papel conspirativo.

10 - As razões do malogro do 11 de Março devem-se fundamentalmente

a) à incapacidade política da actuação concertada por parte das forças reaccionárias fascistas com as forças contra-revolucionárias da social-democracia;

b) à incerteza por parte dos chefes militares conspiradores de controlarem em algumas das unidades previstas os seus efectivos;

c) à pronta resposta das unidades

CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DO 11 DE MARÇO

11 - As consequências do 11 de Março foram, pois, o reforço político das massas trabalhadoras (que responderam em certas zonas muito organizadamente), o isolamento das fracções reaccionárias e uma subalternização momentânea da social-democracia, a hegemonia política dos sectores reformistas no seio do Governo Provisório, a chamada para órgãos de poder político-militar de oficiais de inspiração abertamente revolucionária, embora minoritários.

AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO

PROCESSO DE

TRANS-

FORMAÇÃO

12 - As medidas concretas saídas do 11 de Março são contraditórias: umas, ditam o avanço do processo revolucionário, na medida em que criam, pela via institucional, melhores condições de luta para os trabalhadores; outras, servem os interesses da contra-revolução, social-democrata, principalmente.

É assim que por um lado se efectuam as nacionalizações, se institucionaliza o MFA e se opta na Assembleia de Delegados do MFA pela "opção socialista"; e, por outro lado, simultaneamente, se fazem as eleições burguesas (que só dão vantagens às forças capitalistas e impe-

rialistas) e se faz a ocultação e deturpação dos acontecimentos do 11 de Março (através de um relatório cujo objectivo principal é o de escamotear aos olhos das massas os verdadeiros conspiradores e comprometidos).

13 - Tais são as limitações da linha reformista e conciliatória que objectivamente tem vindo a permitir a recuperação da burguesia face ao descalabro no 11 de Março e que se reorganiza para uma prova de força que lhe restitua as posições perdidas desde o 25 de Abril.

NACIONALIZAÇÕES

- A crise económica afirma-se cada vez mais como uma questão decisiva; as nacionalizações efectuadas abrem um processo de transformação económica com semelhanças ao própria 25 de Abril; a sua natureza não se pode assim considerar definida - isto é, ou se caminhará no sentido de manter a lógica capitalista, tornando-se assim um processo de apoio à pequena e média burguesia comercial, industrial e agrícola, ou se caminhará no sentido de um efectivo e consequente ataque ao poder do capital e um reforço decisivo dos órgãos operários e populares.

PODER POLITICO

- A reestruturação do poder político feita pós 11 de Março define a hegemonia de uma coligação de classes, referenciadas a partidos reformistas; da frente anti-monopolista (atrelando a classe operária à pequena e média burguesia democrática), e a marginalização da burguesia financeira e latifundiária. Ao nível do centro político (MFA) figuras ligadas ao projecto spinoalista foram saneadas e, com a institucionalização da assembleia de delegados, com sargentos e praças, as forças mais progressistas ganharam ascendente político. Contudo, no seio do MFA as forças de direita não estão eliminadas, não se tendo alterado na essência a composição de forças, nem a natureza de classe das próprias Forças Armadas.

RELATÓRIO II DE MARÇO

- O relatório preliminar do 11 de Março, assim como a realização das eleições, consagram exemplarmente a incapacidade do reformismo conduzir um processo consequente de ataque à burguesia e de fortalecimento do poder operário e popular. As figuras militares e políticas que não se denunciaram publicamente e que estiveram activa ou passivamente envolvidas não foram desmascaradas, tal demonstra que a tática defensiva do reformismo desarma cada vez mais as massas trabalhadoras.

ELEIÇÕES

- A realização de eleições é um facto que exprime a incapacidade das forças reformistas em iniciarem uma ofensiva consequente ao poder do capital, aceitando partilhar com cedências o actual processo em curso. O resultado das eleições, ao criar "autoridade" aos partidos vencedores que o voto popular efectivamente lhes "concedeu" - visto estar enraizado nas massas os valores ideológicos da burguesia ("votar é arma do povo", só com "eleições" livres se poderá caminhar para o socialismo em liberdade). Deste modo, e embora existam contradições profundas entre o programa-formal do PS e a tática social-democrata que a sua direcção política traçou para a presente situação, vai-se assistir a acções por parte do PS e do PPD no sentido de, com um pé dentro e outro fora, fazer inflectir o actual processo para a lógica e limites do capital, colocando-se numa oposição ora envergonhada, ora aberta ao centro do poder: o MFA, jogando na desmobilização das massas trabalhadoras face à actual crise económica.

O MOMENTO ACTUAL

SÍNTESE

- No actual momento político as questões que vão polarizar a luta de classes centram-se no aproveitamento, por parte dos trabalhadores, das novas condições de luta pela instrumentalização das nacionalizações à tática revolucionária, na farjar de um projecto político e organizativo revolucionário por parte da classe operária e seus aliados na ofensiva da burguesia rejuvenescida e reforçada com o resultado eleitoral - e que prepara as condições para um golpe de força a médio-prazo caso a dinâmica da luta de massas ultrapasse o reformismo e se coloque como uma força real susceptível de dar uma alternativa ao "vazio de poder" e à "crise de poder" (passando da divisão de poderes à dualidade de poder) - e que, caso tenha possibilidades optará então no boicote e paralisação encapotados ao actual processo no sentido de desmobilizar as massas e reconquistar o terreno perdido numas futuras eleições legislativas. A juntar a esta tática da burguesia para a actual situação surge a proposta de profissionalização e elitização do Exército a curto ou médio prazo

- visto que um exército de massa, em politização acelerada e com clivagens de classe no seu seio, não interessa de modo nenhum à burguesia - a opção Exército popular/Exército profissionalizado da burguesia não se desliga da opção fundamental: socialismo/capitalismo, tendo mesmo tendência a fazer acelerar a contradição principal. É assim neste quadro que se compreende a importância da luta política no Exército português. Também ele é o "espelho da Nação".

TÓPICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO • II. O Golpe de Maio de 26 DO CAPITALISMO PORTUGUÊS*

• I. Introdução

No estabelecimento e implantação do capitalismo em Portugal podemos destacar duas fases e períodos fundamentais: o capitalismo comercial de base agrária; o capitalismo monopolista de base industrial.

A primeira fase situa-se historicamente até à primeira República e responde essencialmente à procura externa, nomeadamente dos mercados europeus e coloniais. O excedente comercial não resultou numa "acumulação primitiva" e consequentemente numa industrialização, fundamentalmente devido à divisão internacional do trabalho subjacente à dominação estrangeira (inglesa em especial) em Portugal, a qual levava à transferência do excedente para o estrangeiro através de uma balança comercial extremamente deficitária.

A segunda fase pode dizer-se começar com o golpe militar de 26. Já a partir de 1917/19, a crise económica em Portugal materializada no desemprego, na inflação, na especulação; a crise política materializada na impossibilidade do partido republicano governar, situado no fogo cruzado da classe operária à esquerda e dos grandes interesses industriais, bancários e latifundiários, à direita; a crise de dominação ideológica materializada pela bancarrota dos valores aristocráticos, tudo isto mostrava unicamente que se vivia na altura um período de crise de dominação hegemónica da burguesia como um todo e que, como sempre, em virtude da ausência de um projecto próprio para superação da contradição fundamental burguesia/proletariado, a pequena e média burguesia representadas no partido republicano, não conseguiram ultrapassar.

Por outro lado, a escassíssima concentração e centralização do capital, a inflação acelerada que ameaçava constantemente a proletarianização e a instabilidade social, as reivindicações ope-

rárias, a ausência de "ordem", tudo isto eram condições objectivas e subjectivas suficientes, para a junção das várias fracções da burguesia no golpe militar de 26.

Contudo, o golpe de 26 é um golpe contraditório na medida em que, apoiado socialmente por forças de interesses económicos diferentes a sua coesão faz-se em torno do inimigo principal, a revolução socialista. Assim se compreende o papel de "árbitro inter-partes" desempenhado por Salazar.

O ponto fulcral da análise anterior é a inexistência, a nível económico, de hegemonia de qualquer das fracções de classe em consideração.

Assim, na primeira fase do Estado Novo, o objectivo central de toda a política económica e social salazarista é o de consolidar nas diversas instâncias do M.P.C. a burguesia como um todo. O esmagamento do movimento operário, os baixos salários, a estabilidade dos preços, o protecçãoismo do mercado interno e dos mercados coloniais, o lançamento de infraestruturas, a primeira fase do condicionamento industrial, a fixação dos preços agrícolas, tudo são medidas de compromisso entre os interesses diferentes das diversas camadas da burguesia e por isso mesmo consolidadoras da mesma em bloco.

A II Guerra Mundial, com a elevada acumulação de capitais que permitiu, veio lançar dados novos nos equilíbrios sociais e políticos. É assim que em 1945 aparece a lei de reorganização industrial que visava em suma, racionalizar e dimensionar em termos modernos diversos sectores da actividade industrial. A segunda fase de condicionamento industrial completa o que a lei atrás referida visava no sentido de estabelecer monopólios "de facto" em relação aos sectores reorganizados.

Em 1935, o sector agrícola diminuiu pela primeira vez a sua contribuição para o PIB a preços constantes, ao mesmo tempo que se nota uma ligeira subida de preços, acompanhada por uma diminuição dos activos agrícolas (essencialmente isolados e patrões) sinais de uma proletarianização nos campos. Por outro lado, o PIB do secundário a preços constantes, começa a crescer a um ritmo anual sensivelmente duplo dos anos anteriores (38/53).

Por esta altura penso poder falar-se de hegemonia económica do capital monopolista a que a experiência Ferreira Dias a nível político não é de forma alguma estranha.

Contudo, mais uma vez, a hegemonia económica tem um carácter contraditório, entre si e também com a instância política, bem explicado pelo modo como foi gerada.



* Este texto é uma breve síntese de introdução e, em próximos números tentaremos tratar o tema em profundidade.

• III. O Modelo de Acumulação Adoptado

O modelo de acumulação de capital até meados da década de sessenta pode designar-se de "crescimento arbitrado", baseado em três condições fundamentais:

- a) protecção dos mercados interno e colonial, condicionamento industrial;
- b) sobreexploração de operários e camponeses;
- c) exploração colonial.

Para rentabilizar os novos investimentos sem os problemas relativos ao enquadramento na divisão internacional do trabalho, protegeram-se os mercados interno e colonial através da pauta aduaneira. Por outro lado, o condicionamento industrial (especialmente na segunda fase) permitia uma arbitragem do poder político face à implantação de novos investimentos o que permitia "harmonizar" os interesses em presença. Daí uma sempre relativa autonomia do político face ao económico (que será desenvolvida mais adiante), característica importante do fascismo português.

Teve então lugar o que é comum designar-se de substituição de importações.

Contudo, a existência de formas arcaicas de exploração capitalista exemplificadas pelo peso dos estabelecimentos com menos de 21 pessoas (pequenas empresas) que ainda em 64 contribuíram com um pouco mais de 20% para o PIB de transformadoras a preços correntes, ao mesmo tempo que empregavam cerca de 30% dos activos do secundário*, vai ser, à partida, um elemento de perturbação, devido ao facto de implicar um baixo nível geral de salários e portanto uma escassa progressão do mercado interno.

Do anterior decorre uma consequência importante para a compreensão do que se poderá designar de política de preços agrícolas. Evidentemente, um baixo nível geral de salários implicava semelhante nível de preços agrícolas e ainda a sua estabilidade por largos períodos. Tal era conseguido pela existência de preços artificiais, por sua vez financiados pelo famoso Fundo de Abastecimento.

Em suma, financiamento pela Agricultura da acumulação industrial.

A sobreexploração de operários e assalariados agrícolas é facto demasiado evidente para ser necessária vasta documentação, contudo bastará atentar que na repartição funcional do rendimento Nacional caberia, em 1960, aos trabalhadores do primário cerca de 28% do mesmo, com capitações da ordem dos dois contos anuais. Em 1960 tal repartição seria da ordem dos 31% com uma capitação de cerca dos seis contos anuais.

Por outro lado, e em termos de taxa de explo-

* Secundário: Ind. transform.+construção e obras públicas + electr., gás, água, serv. saneam.

ração (aplicação do indicador PIB/massa salarial) verificamos uma quase duplicação da mesma entre 30 e 60 (1,99 e 3,18, respectivamente). O subemprego e desemprego sazonal são traços característicos desta realidade.

Em relação aos trabalhadores do sector secundário semelhantes números se poderiam apresentar embora não tão extremados.

Cabrá referir ainda, embora brevemente, algo sobre a exploração colonial efectuada pela burguesia portuguesa.

Poder-se-á caracterizá-la, a um tempo, exploração comercial, quer através da existência de mercados privilegiados, quer pela importação de produtos (essencialmente matérias-primas) a preços mais baixos do que as cotações internacionais; a outro tempo, exploração financeira quer pelos investimentos directos nas colónias, quer pelas importantes transferências de invisíveis.

Em termos de exemplos, bastará referir que na década de 50, a Balança de Pagamentos da metrópole seria sempre deficitária se lhe retirássemos os invisíveis provenientes das colónias, que, por sua vez, cobriram em média anual cerca de 30% do déficit global da balança de mercadorias da metrópole.

Em complemento do atrás enunciado é forçoso acrescentar o papel importante do aparelho de Estado na acumulação capitalista. As formas indirectas de intervenção na actividade económica (subsídios, fiscalidade), as formas directas (criação de infraestruturas e outras economias externas, participação no capital social), foram uma constante, de acordo aliás, com a grande máxima da acumulação capitalista: socialização dos custos, privatização dos lucros.

• IV. A Quem Serviu Tal Modelo?

Sem dúvida que, primeiro que tudo, à grande burguesia que à sombra do condicionamento industrial construiu os "grupos" económicos; sem dúvida que à pequena e média burguesia industrial que pela estabilização do sistema económico-social não foi proletarizada, acontecendo até nalguns casos ascensão social; sem dúvida também, à pequena e média burguesia comercial pela não-proletarização.

• V. Como Serviu Tal Modelo?

No sector agrícola, a política dos preços artificiais serviu essencialmente os produtores do latifúndio (latifundiários e rendeiros capitalistas) e aos rendeiros de culturas intensivas do Centro e Sul produtores para o mercado nacional, na medida em que só a estes compensava pela dimensão das suas colheitas o subsídio do Fundo de Abastecimento.

Graves prejuízos sofreu a pequena e média burguesia rural, do Norte do Tejo que vendia para os mercados locais e a quem os subsídios ora não chegavam, ora eram insuficientes para rentabilizar



as suas culturas. Esta descapitalização sistemática trará as condições necessárias para a maior emigração dos anos 60 e para a génese da grave crise agrícola com que nos debatemos.

No sector industrial, os baixos custos (baixos salários e matérias primas das colónias) junto ao domínio do preço permitido pelo condicionamento e pela pauta aduaneira, permitiu evidentemente elevados lucros de forma geral e ainda mais elevados para a grande burguesia industrial por razões inerentes ao próprio funcionamento de uma economia capitalista. É importante notar, de novo, a transferência de valor operada pela política de preços agrícolas, do sector agrícola para o sector industrial.

No sector comercial, fundamentalmente pela existência de margens de comercialização garantidas, pela estabilidade de preços e pelo baixo custo da mão-de-obra.

Do ponto de vista técnico, aponta-se ao modelo referido o facto de além de criar o já citado "gap" face à agricultura, criar também condições objectivas para o aparecimento de unidades mal dimensionadas e ineficientes o que foi agravado pela exiguidade do mercado interno e pela estabilidade do nível (baixo) de salários. Além disso, e principalmente, usaria um "gap" face a exportação devido ao mau dimensionamento à ineficiência em termos tecnológicos e de gestão, à não adequação à divisão internacional do trabalho, "gap" indicador de dificuldades na balança de pagamento a médio prazo.*

Nestas condições ficaria a exportação extremamente sustentada no custo da mão-de-obra.

• VI. Os Anos 60

Entretanto, desenham-se na Europa movimentos de integração e quer devido à elevada concentração de exportações com o Reino Unido, quer devido à fracção "européia" do bloco dominante, Portugal negociou um acordo comercial com a EFTA que desde logo pressupõe alterações fundamentais nos equilíbrios existentes.

A guerra colonial vai ser outro factor a perturbar os equilíbrios existentes, mas mais como acelerador de tendências do que propriamente a criar desequilíbrios, o que acontecerá a médio prazo.

Entretanto, a acelerada expansão económica dos países europeus criava necessidades de mão-de-obra estrangeira. Como vimos, em Portugal estavam criadas condições de resposta a tal procura e embora a política oficial nos primeiros tempos fosse de recusa em breve o projecto político-económico neo-capitalista recuperou o fenómeno como motor da reconversão do capitalismo em Portugal.

Se atentarmos na origem geográfica da emigração portuguesa de imediato repararemos que são as zonas de minifúndio os centros repulsores de mão-de-obra, no início do processo.

* Recorde-se que foram as remessas de emigrantes que vieram a tapar este buraco. Contudo, este problema é um dos mais importantes no Portugal de 1975.

Os contingentes mobilizados para a guerra colonial foram outro elemento de mobilidade social na medida em que raramente voltavam às suas origens, indo oferecer a sua força de trabalho aos centros urbanos.

A inflação vem coroar todos estes desequilíbrios e é sem espanto que se constata serem pontos estratégicos da alta de preços os itens, alimentação e habitação (subidas de 60,7 e 185,6%, respectivamente, entre 64 e 72). A inflação em Portugal é a consequência lógica dos desequilíbrios estruturais que temos vindo a apontar.

Num contexto expansionista (o PIB das transformadoras a preços constantes, duplicou entre 64 e 72) em que a taxa média de crescimento do PIB a preços constantes andou à volta dos 7%, verifica-se que o PIB agrícola a preços constantes, estagna praticamente a partir de 60 e em 68 entra em retorno, ao mesmo tempo que a produtividade do solos em culturas estratégicas (trigo, milho, batatas, tomates, arroz), baixa consideravelmente, também.

Por outro lado, as remessas de emigrantes, os soldos dos militares, o próprio turismo, alimentou uma procura totalmente inflacionista na medida em que são rendimentos sem contrapartida produtiva.

Assim se gerou uma pressão enorme sobre os preços, imediatamente aproveitada pelo capital para incrementar as suas taxas de lucro.

O modelo de acumulação - substituição de importações, está, então, já ultrapassado. Os baixos e estáveis salários são impossíveis num contexto inflacionista e de relativa escassez de mão-de-obra, o proteccionismo do mercado interno está ameaçado desde o acordo EFTA mas sobretudo quando, por razões de necessidade de apoio internacional para a política colonial, se abriu a porta ao investimento estrangeiro.

À expansão colonial atrás referida não é de nenhuma forma estranho o acordo com a EFTA (sobretudo para alguns sectores das indústrias ligeiras) e a própria guerra colonial cuja procura de armamento e outros terá tido um efeito importante na economia.*

• VII. A Superestrutura Política

Neste período acelera-se extremamente a proletarianização da pequena e média burguesia industrial e comercial a ponto de se poder mesmo dizer que a pequena e média burguesia em 69/70 estava virtualmente perdida para o caetanismo. Este factor é extremamente importante no isolamento do capital monopolista, podendo dizer-se estar finalmente cumprida em termos de condições objectivas as premissas da estratégia freixista.

Por outro lado, desde os anos 50 que se acentua uma crise de hegemonia no bloco social dominante. Assim, duas fracções eram detectáveis,

* Não há elementos estatísticos para analisar este ponto, mas é geralmente aceite como correcta tal asserção. Não é por acaso que na altura das guerras da Coreia e Vietnam se regista um "boom" nos E.U.A.

GRUPOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL

1. EVOLUÇÃO DO M.P.C. E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FINANCEIRO E INDUSTRIAL

■ A lógica de funcionamento do MPC leva inevitavelmente, na respectiva evolução histórica, à sua transformação superestrutural e estrutural.

Ao contrário das transformações superestruturais, geralmente em processos descontínuos*, as transformações estruturais (base económica) registam-se na forma contínua e evolutiva. O carácter concorrencial do sistema capitalista implica a necessidade de baixos custos de produção e consequentemente a passagem a escalas de produção mais alargadas. Assim um processo de concentração e centralização do capital se desenvolve traduzido no aumento da dimensão física média das unidades produtivas e concomitante elevação da composição orgânica do capital. A concentração (aumento do capital acumulado pela empresa capitalista considerada isoladamente) e a centralização (reunião de capitais já existentes quer através da absorção dos menores pelos maiores quer através da participação financeira cuja forma mais evoluída é a sociedade por acções) registam-se ao nível do capital bancário, do capital industrial e do capital comercial operou-se principalmente de uma forma "interna" relativamente a cada uma das fracções de capital consideradas. Isto é, não existia uma interligação e uma ligação desenvolvida entre elas. Por um lado, o desenvolvimento industrial, por outro lado, o crescimento do fluxo comercial (nomeadamente no que se refere às trocas

internacionais) e finalmente, o florescer das operações bancárias, criaram condições fundamentais a esse processo de concentração e centralização que teve lugar nos países capitalistas mais avançados durante o século XIX, no contexto de um estágio de desenvolvimento geralmente denominado de "clássico" ou concorrencial.

■ Porém, este movimento, promovendo por um lado a socialização e racionalização do processo produtivo, e por outro lado, a crescente monopolização dos meios de produção, desenvolve aspectos contraditórios que obrigam a readaptações estruturais.

Bloqueadas algumas redes de exploração, a desvalorização social de capitais como consequência da queda da taxa de lucro leva à constituição do capital financeiro-industrial com base na interconcessão banco-indústria. Desenvolvem-se os grandes grupos económicos que, dominando cada vez mais o processo produtivo (quer a nível nacional, quer a nível internacional) nas suas fases distintas, asseguram a superação temporária das tendências antagónicas desenvolvidas pelo sistema.

■ Posteriormente, a permanência e o agudizar destas contradicções na fase monopolista do M.P.C. exige a intervenção activa dos aparelhos estatais no sentido de criar condições para contrabalançar a lei da queda tendencial da taxa de lucro. O ca-

* A efectivação de alterações superestruturais (políticas, em especial), decorrentes do desenvolvimento da base económica das formações sociais capitalistas, tem lugar, principalmente, em períodos de crise económica e social.

rácter iminentemente social da produção torna extremamente difícil à burguesia financeiro-industrial o controle do sistema económico sem uma articulação da programação privada dos grupos económicos com uma política económico-social. Deste modo se processa uma interpenetração entre os grandes grupos económicos e o aparelho de Estado*, o qual, para além de assegurar o equilíbrio necessário entre os vários interesses das fracções capitalistas e em particular dos grupos económicos, financiará uma parte da produção quer indirectamente (despesas administrativas, despesas sociais, despesas em infraestruturas, gestão dos sectores deficitários, etc.), quer directamente (participações financeiras, subsídios aos grupos económicos, atribuições de contratos políticos, fixação de preços, etc.). É principalmente a partir da Primeira Grande Guerra que este estado se manifesta nos países capitalistas avançados sendo geralmente classificado como capitalismo monopolista de Estado.

■ Mas se no sistema capitalista internacional, as relações de produção com formas características do capitalismo monopolista de Estado são hoje dominantes, há que ter em conta que as diferentes formações-sociais apresentam especificidades próprias inserindo-se a níveis diferentes quer na escala de dependências internacionais, quer no grau de evolução do M.P.C. especificidades essas que se traduzem também quanto às características dos grupos económicos.

produção(M-M) e realização(M-D'). Verificava-se que para além do sistema bancário se encontrar fortemente concentrada, a interligação crescente entre o cap. bancário e o cap. industrial gerou grandes grupos económicos que desenvolvendo o grosso da s/actividade na produção e comercialização, eram detentores dos bancos, companhias seguradoras*.

■ Apesar de apresentarem os aspectos comuns acima enunciados estes grandes grupos tiveram um processo de formação diverso pelo que assumem na sua estrutura características desiguais.

Se só a partir da década de 50 e mais acentuadamente da década de 60, estes grupos assumem as formas referidas já nos finais da Primeira República e durante a primeira fase do "Estado Novo", se desenvolviam os núcleos do grande capital fundamentalmente com base na exploração colonial (caso da CUF e do grupo Champalimaud) e/ou no desenvolvimento de certas organizações bancárias. Seriam algumas destas organizações bancárias os geradores de muitos dos actuais grupos, como é o caso do Espírito Santo, Borges & Irmão, B.N.U., Fonecas & Burnay, Pinto de Magalhães, etc., um movimento evolutivo da banca para a indústria. Já outros como os grupos CUF e Champalimaud resultaram essencialmente de um movimento da indústria para a banca. Por sua vez, o Grupo Português do Atlântico formou-se a partir da associação de vários grupos de interesse com vista à constituição de um banco forte que

* O que não quer dizer que neste estágio exista uma fusão total entre a oligarquia financeira e o Estado e que a política estatal seja totalmente coerente e racional, pois mesmo nesta fase avançada de monopolização a concorrência entre os vários grupos económicos existe provocando, quer a nível estrutural quer a nível superestrutural contínuas deslocamentos nas relações de força em presença.

2. FORMAÇÃO DOS GRUPOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL E SUA CARACTERIZAÇÃO

* O papel dos bancos como intermediários financeiros é extremamente importante, na medida em que podem "criar" moeda (mecanismo do multiplicador do crédito) e, portanto, ampliar os recursos financeiros para intervir na economia.

■ No sistema económico português um pequeno número de grandes grupos financeiro-industriais possuíam os instrumentos de controle económico (e político) que lhes permitia o domínio dos sectores-chave. Quer através de um complexo e alargado sistema de participações financeiras e de ligações de vária ordem, quer através de monopolização dos meios de financiamento, asseguravam, em grande medida, o controle do processo cíclico do capital nas suas fases distintas: financiamento (D-M),

os apoiasse. Outros, aiada, embora mais fracos, constituíram-se em "sub-grupos" pela participação comum de alguns dos outros grupos: Sacor, Sociedade Central de Cervejas, Conde de Caria, Entrepasto, etc.. De uma forma geral, numa primeira fase da combinação do capital bancário com o capital industrial o primeiro assume um certo predomínio constituindo o centro de gravidade dos grupos financeiro-industriais. Porém, com o tempo o papel dos sectores não relacionados directamente com

o sistema produtivo e distribuidor tende a diminuir e a subalternizar-se. Nessa altura já as fontes internas de fundos das empresas lhes permite uma certa independência em relação aos bancos. Estes passam a constituir "peças" necessárias ao funcionamento dentro da lógica global dos grupos. Em Portugal este processo encontrava-se ainda relativamente atrasado e grande parte dos principais grupos económicos desenvolviam ainda a sua principal acção centrados numa instituição bancária (grupos Espírito Santo, B. N. U., Borges & Irmão, Português do Atlântico). O grupo Champallimaud, se bem que possuindo um dos maiores bancos portugueses, o Pinto & Sotto Mayor, tinha a sua rede de participações mais descentralizada. O grupo CUF era o que se aproximava mais das características dominantes nos grandes grupos económicos dos países capitalistas mais avançados: considerável diversão física; individualizado; encabeçado por uma empresa "holding" (SOCEFFI); diversificando as suas actividades de uma forma mais racional e coerente; gerido pelos processos mais avançados internacionalmente; com ligações crescentes ao capital internacional. Comparados com este os outros grupos nacionais pouco mais eram que simples aglomerados de empresas.

■ Muitos destes grupos eram fortemente "personalizados", isto é, eram dominados em grande parte por uma ou várias famílias, se bem que a tendência fosse para uma maior "tecnostrukturalização", ou seja, para a progressiva dissolução do laço directo entre a propriedade do capital e a direcção da produção correspondente à "colectização relativa" do capital (dentro dos limites da própria produção capitalista) e a crescente racionalização do funcionamento dos grupos. Por outras palavras, operava-se a concentração do controle do grupo numa pequena minoria de accionistas e/ou representantes de accionistas.

■ A maioria dos grupos, embora desenvolvendo a sua principal actividade em Portugal, tinham largos interesses nas Colónias Africanas. O B. N. U. era mesmo um caso extremo pois aí possuía o grosso das suas posições.

■ Por outro lado, nos últimos anos as ligações do capital financeiro português com o capital internacional progrediram acentuadamente com especial destaque para os grupos CUF, Espírito Santo, Fonseca & Burnay e Champallimaud.

■ As ligações entre as várias empresas gerando uma complexa e confusa "rede" tomavam muitas vezes a definição dos contornos dos grupos e da sua real amplitude relativamente difícil. Tal era o caso do grupo Espírito Santo (embora centrado no banco, uma variedade enorme de empresas mantinham com este ligações de diversos tipos: participações directas e indirectas; uniões familiares; controle através do crédito concedido, etc., e do grupo Português do Atlântico (resultando da associação de grupos de interesses diversos as ligações do grupo com as empresas satélites processava-se quer através do Banco, quer através dos diversos interesses representados separadamente). Já o mesmo não se verificava tão acentuadamente com os grupos CUF, Champallimaud e Borges & Irmão, os quais controlavam um determinado número de empresas essencialmente através de participações directas e maioritárias.

■ Se nas primeiras fases o crescimento dos grupos se fazia fundamentalmente através de um processo de concentração horizontal (isto é, máximo controle de uma determinada fase de produção de um produto) a partir de certa altura, e correspondendo às suas necessidades de desenvolvimento, aplicaram-se também em processos de concentração vertical (isto é, controle de todo o ciclo de produção de determinado artigo: desde a obtenção da matéria-prima até à sua manufacturação final e incluindo a distribuição, transporte e comercialização). São exemplos flagrantes: a política do grupo Champallimaud no sentido de adquirir fortes posições na extracção de ferro, produção siderúrgica e metalúrgica e construção de máquinas; a política do grupo CUF no que se refere nomeadamente à indústria química de base, aos têxteis e à petroquímica.

■ Mas para além disso os principais grupos procuraram diversificar as suas

actividades pelos diversos sectores da economia quer com vista ao aumento do seu poderio económico, quer com vista à rentabilização máxima dos capitais investidos e à minimização de "riscos".

Os sectores mais concentrados e desempenhando o papel dominante na economia nacional eram a base da actuação dos principais grupos (juntamente com o Estado por razões que têm com as características do desenvolvimento do M.P.C. em Portugal):

Nos seguros (grupos CUF, Espírito Santo e Champallimaud) na produção de electricidade (quase todos os grandes grupos), nos petróleos (Grupos Espírito Santo, Português do Atlântico e CUF), na indústria siderúrgica (grupo Champallimaud), na metalomecânica pesada (grupos CUF e Espírito Santo), construção naval (grupo CUF), indústria dos cimentos (grupo Champallimaud), celulose (grupo CUF, Espírito Santo, Português do Atlântico, B. N. U., FONSEÇAS & BURNAY, Champallimaud), cervejas (grupos Português do Atlântico e Espírito Santo), indústria vidreira (grupos Português do Atlântico e Espírito Santo), refinação de açúcar (grupo Espírito Santo), tabacos (grupo CUF, Espírito Santo e FONSEÇAS & BURNAY), adubos (grupo CUF). Os principais grupos financeiro-industriais concorriam entre si (e por vezes alinhadamente) com vista à conquista de melhores posições relativas. Por outro lado, os ramos "pulverizados" embora não dominados directamente pelos grandes grupos apresentavam geralmente um carácter dependente em relação àqueles, fundamentalmente pelas condições de concessão de crédito às pequenas e médias empresas.

Através desta dependência operava-se assim uma transparência de mais valia para os grandes grupos acelerando, principalmente nestes últimos anos, um processo de reestruturação, quando não é de desagregação, nestes sectores, mais pulverizados e geralmente tecnologicamente mais atrasados. Nos outros sectores há (embora poucos) que conseguiram manter uma certa autonomia em relação aos grandes grupos como é o caso dos Curtumes e Têxteis industriais. Outros ainda eram (e são) campo do capital estrangeiro e muito particularmente das multinacionais que aproveitavam quer as condições especiais (políticas, sociais e económicas) existentes em Portugal para aqui efectuarem uma ou algumas fases do ciclo de produção de determinados artigos, quer o mercado nacional (e colonial) para a colocação de mercadorias. No entanto, é um facto que o capital estrangeiro não representa, em termos de participações uma posição significativa no total da economia. A sua intervenção directa alargava-se à distribuição de combustíveis líquidos (Mobil Oil Corporation, Shell, BP, Standard Oil), montagem de automóveis (as grandes marcas americanas, europeias e japonesas), indústria de material electrónico (Standard Eléctrica, Plessey, A C E C, B I C C, I T T, Grundig, Siemens, etc.) confecções (capitais suecos, ingleses, entre outros), tintas (Robbialsac, Dyrup), indústria farmacêutica (capitais americanos), aonde também se encontravam presentes os grupos nacionais, com destaque para a indústria farmacêutica e distribuição de combustíveis.



AS NACIONALIZAÇÕES E A CONJUNTURA ECONÓMICA

A) - AS NACIONALIZAÇÕES

1. AS NACIONALIZAÇÕES E O SECTOR PÚBLICO
2. A QUESTÃO DO PODER DE ESTADO

B) - NOTAS SOBRE A CONJUNTURA ECONÓMICA

1. EMPREGO E NÍVEL DE ACTIVIDADE
2. INFLAÇÃO E SALÁRIOS
3. RELAÇÕES EXTERNAS
4. FINANCIAMENTO DA ECONOMIA
5. BREVE APRECIAÇÃO CRÍTICA.

ANEXOS

- . QUADRO I - EMPRESAS COM PARTICIPAÇÃO RELEVANTE DO ESTADO EM VIRTUDE DA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E SEGUROS.
- . QUADRO II - SECTORES ECONOMICOS FUNDAMENTAIS E SEU CONTROLE.

Este artigo terá três temas fundamentais que se propõem fazer um balanço, necessariamente breve, da extensão do sector público, da situação conjuntural e da nova política económica.

AS NACIONALIZAÇÕES

. A EXTENSÃO DO SECTOR PÚBLICO

Até 11 de Março a extensão do sector público na actividade económica era de dimensão reduzidíssima (cerca de 10% do "normal" no capitalismo europeu).

A nacionalização da banca e seguros foi o primeiro grande passo de controle do poder económico, em especial devido à natureza genérica de "cabeças" de grupo económico que os bancos e seguradoras apresentavam.

O Quadro I (em anexo) dá nota das participações mais importantes a que o Estado passará a ter nos mais diversos sectores de actividade. Além das referidas, o Estado conta com cerca de 277 mil acções distribuídas por cerca de 30 empresas.

De imediato se coloca um problema de racionalização e da própria gestão das participações do Estado para o qual o I. P. E. (Instituto das Participações do Estado), recentemente criado, terá de contribuir no fundamental.

Por outro lado, as nacionalizações operadas em 15 de Abril e as anunciadas na mesma data, colocam sob o controle do Estado mais de 50% do total da actividade económica, tendo desarticulado quase por completo os grupos monopolistas portugueses, com excepção do grupo CUF que ainda mantém posições importantes em empresas que giram à volta da empresa mãe que urge nacionalizar.

Assim se chega a uma situação, que se resume no Quadro II, em que praticamente o Estado domina a actividade económica, havendo imensas P.M.E. na sua órbita. Está praticamente concluída a fase antimonopolista, colocando-se com acuidade a questão do poder de Estado.

A participação do capital es-



trangeiro não é dominante, verificando-se em alguns sectores que de qualquer forma, em virtude da dependência tecnológica, seria impen-sável a curto e médio prazo dominar completamente.

A QUESTÃO DO PODER DE ESTADO

As nacionalizações em si não alteram nada de fundamental do poder do capital: a questão que aparece em última instância é a da dominação do Estado e seus aparelhos.

Contudo, em Portugal, é evidente que as nacionalizações não têm o mesmo significado e natureza do que as acontecidas na Europa do pós-guerra, em virtude, primeiro que tudo na extensão das mesmas e em segundo lugar da inexistência a médio prazo (pelo menos) da democracia burguesa que a pouco e pouco integraria no seu projecto as medidas referidas atrás.

Mas um outro perigo aparece na questão das nacionalizações é o da construção do capitalismo de Estado em que sob a fachada "socialista" se encobrem relações sociais de opressão e alienação típicas do M.P.C.

A grande questão consiste em não deixar a direita recuperar politicamente o processo e paralelamente construir nas largas empresas nacionalizadas novas relações sociais que destruam no seu centro a base de exploração capitalista.

BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

As grandes questões da conjuntura, a inflação, o emprego e as relações externas, são antes de tudo o mais o produto das contradições em que se desenvolveu o capitalismo em Portugal nos últimos anos. Essas questões assumem assim uma natureza completamente diferente das perturbações na actividade económica dos países do "centro" capitalista e que têm mais que ver com as lutas no interior do imperialismo e com as crises cíclicas.

Neste sentido, o combate à conjuntura económica terá apenas como objectivo o ganhar tempo, até que os problemas estruturais possam começar

a ser resolvidos com uma nova estratégia de desenvolvimento, no quadro da transição para o socialismo.

Far-se-á agora um inventário acerca da situação económica em alguns níveis na mesma.

EMPREGO E NÍVEL DE ACTIVIDADE

Em Janeiro de 75 o desemprego atingiria cerca de 6% da população activa (200.000 pessoas). Contudo, cerca de metade (50.000 emigrantes potenciais + 40.000 desmobilizados e colonos retornados) são fruto das perturbações originadas pela conjuntura internacional e pela descolonização.

Regionalmente, reparte-se praticamente de forma uniforme, sendo, no entanto, mais acentuado no Sul (Évora, Beja, Faro) do que no Norte (V. Castelo, Porto, Aveiro).

As causas mais frequentemente apontadas são, genericamente, a redução da procura, nomeadamente externa (note-se que os "têxteis" dependem em 91% da procura externa e empregam 190.200 operários) e a adaptação a novos salários (competitividade externa), em especial no "vestuário e calçado" e na metalurgia e metalomecânica.

Por outro lado, na amostra do Boletim Mensal de Estatística do INE, constata-se uma redução das horas de trabalho operário efectuadas com estabilização do emprego até Julho/Agosto, e a partir de Agosto aumentos significativos nas horas de trabalho e uma redução generalizada no emprego, o que aponta para uma certa racionalização e incremento de produtividades à custa do emprego.

Deve notar-se, de permoio, a imensa proliferação de pequenas unidades produtivas, tipo artesanal, que ainda em 1972 empregavam cerca de 62,5 milhares de pessoas, e de pequeníssimas empresas, até 20 pessoas, que empregariam mais de 100 milhares.

Em 1974, o PIB (preços constantes) cresceu cerca de 4,5%, quando entre 62/72 cresceu numa média de 6,2%, tendo para tal contribuído fundamentalmente as indústrias transformadoras que terão atingido cerca de 40% do PIB. Nas indústrias trans-

formadoras os sectores mais dinâmicos terão sido os "têxteis, vest. e calçado" e os "produtos metálicos" que só por si contribuíram com cerca de 20% para o PIB.

De salientar que na CEE o PIB terá crescido 2,5% a preços correntes.

A F.B.C.F. (investimento) cresceu 4,5% a preços constantes, comparando com uma taxa média de crescimento em 62/72 de + 7,6%. Para tal terão contribuído retracções importantes nos itens, "propriedades imobiliárias", "bancos e seguros", "construção" e escassíssimo dinamismo nas ind. transformadoras.

INFLAÇÃO E SALÁRIOS

De notar, em primeiro lugar, que no semestre anterior ao 25 de Abril de 1974 houve diminuições importantes (cerca de 5%) nos salários reais.

Por outro lado, verificou-se em 74 um agravamento da inflação. De notar que até, digamos, Setembro/Octubre tal agravamento chegou a prognosticar perspectivas extremamente graves, registando-se depois um movimento de quebra de que aliás a OCDE já deu nota.

O índice de preços no consumidor (cidade de Lisboa) cresceu de 22,3% entre Janeiro de 74/75, comparado com cerca de 19% no mesmo período de 73/74. Para tal contribuiu fundamentalmente a travagem do item "Habitação". O grande factor inflacionista foi o custo da "Alimentação" que subiu 37,4% no mesmo período.

A análise do índice de preços por grosso permite-nos aprofundar um pouco mais a análise. Assim, entre Outubro 73/74 tal índice cresceu de 32%, entre Novembro 73/74 de 30% e entre Dezembro 73/74 de 23,6%. Para esta subida (Dez. 73/74), contribuíram principalmente a "Alimentação" com + 35,4%, os "combustíveis e lubrificantes" + 61,9% e os "produtos das indústrias químicas" com + 31%. De notar

* Tais taxas não são directamente comparáveis em virtude das diferenças de base a que se aplicam sendo, contudo, bastante indicativas.

os factos importantes de os "produtos fabricados na metrópole" terem aumentado de + 17,9%, os "produtos fabricados na metrópole a partir de matérias primas importadas" de + 51% e os "produtos estrangeiros" de mais 32,3%, o que mostra bem a importância da inflação importada na inflação interna.

De notar também os seguintes aumentos nas cotações internacionais no ano de 74, de produtos que importamos largamente: trigo (+ 96%); milho (+ 66%); bacalhau (+ 78%); açúcar (+ 90,7%); algodão (+ 75,4%); cobre (+ 76,5%); zinco (+ 169,6%).

Por outro lado, o aumento dos salários dos trabalhadores rurais terá andado à volta de + 50% e dos trabalhadores não-rurais à volta de + 35%, o que aponta para uma recuperação do salário real e certa melhoria na repartição funcional do R.N. embora largamente insuficiente.

RELAÇÕES EXTERNAS

Em nossa opinião e de um ponto de vista meramente técnico o problema que se coloca à economia portuguesa é o problema da liquidez externa nos pagamentos internacionais.

Não é menos certo, porém, que a resolução do problema está quase completamente condicionada à solução do problema do emprego e da utilização da capacidade produtiva, na medida em que só a aceleração da produção permitirá "aliviar" a balança comercial.

Em 1974 a Balança de Pagamentos terá tido um défice de 16 milhões de contos essencialmente alimentado com um défice da Balança Comercial de 55 m.c. (sensivelmente duplo de 73, e das quais 20% foram bens alimentares), contrabalançados por 30 m.c. de remessas de emigrantes e 7 m.c. de receitas de turismo (ambas, sensivelmente mais 3 m.c. do que em 73).

Em Dezembro de 74 as reservas em ouro e divisas do Banco de Portugal situavam-se em 53,6 m.c., sem revalorização do ouro, operação que, a fazer-se, as elevaria sensivelmente para o dobro.

Seguem-se alguns dados de Janeiro de 1975 comparados com Janeiro de 1974 (m. c.):

	74	75
Balança comercial Total	+ 0,12	- 2,3
Europa	+ 0,15	- 1,2
C.E.E.	- 0,11	- 0,83
E.F.T.A.	+ 0,3	- 0,22
E.U.A.	+ 0,04	- 0,45

	74	75
Importação de produtos alimentares	0,3	1,1

Para além deste panorama é de notar que o grosso das nossas importações é constituído por bens alimentares e "inputs" de outros sectores o que torna difícil qualquer esquema de contingentamento de importações. De qualquer forma será de enveredar pelo controle de importações não produtivas quer por vias fiscais, quer por vias de sobre-taxa de importação, quer ainda por contingentamento.

FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Em 1974 assistiu-se a um grande incremento dos meios de pagamento: as notas em circulação ascenderam a cerca de + 24 milhões de contos, os depósitos à ordem e a curto prazo a cerca de + 20 m.c. e o entesouramento estima-se que rondasse os 18 m.c..

Tal crescimento foi alimentar a necessidade adicional de crédito que se cifrou em cerca de + 20 m.c., no próprio entesouramento. O acesso ao (re) desconto estima-se da ordem dos + 46 m.c. expresso pela carteira comercial consolidada do sistema bancário.

Estes dados exprimem bem as dificuldades de tesouraria das empresas, o problema do entesouramento (muito do qual já estará no exterior, certamente) e, em suma, a presente conjuntura económica.

BREVE APRECIACÃO CRÍTICA

Tendo bem presente que a situação conjuntural não é para ser

resolvida mas sim controlada, no sentido de ganhar tempo para a resolução dos problemas estruturais, vejamos qual o sentido económico e político desse controle.

A estabilização ou não da crise económica é algo de fundamental, uma vez que gera, ou não, no essencial, as condições objectivas de um movimento de massas. Contudo, o que interessa analisar é quem domina o poder político, quem controla politicamente (melhor, quem limita) o movimento de massas e se existe entre ambos uma plataforma mínima de acordo quanto à questão da crise. Em nossa opinião existe de facto esse acordo entre essas forças e de que as medidas de carácter económico-social (e mais, a sua rapidez de decisão) são um índice muito claro.

Esta análise aponta para a estabilização da crise e seu controle, o que é um acto eminentemente político, de um poder político estabilizado*.

O desemprego tem tendência a agravar-se devido não só à estrutura empresarial mas também à situação política. Assim, ter-se-á que alterar a natureza do cálculo económico para níveis onde a racionalidade social seja dominante.

A inflação é o problema, em nossa opinião, mais controlável podendo reduzir-se no ano de 1975 para níveis da ordem dos 10-15%.

A questão dos pagamentos internacionais, depende por um lado da elevação do nível da utilização da capacidade produtiva, dos investimentos feitos em substituição de certas importações, da limitação de importações supérfluas. Em suma, de uma reorganização completa do sistema económico visando a independência económica (e nacional), o que não é linearmente o fechar de fronteiras e a autarcia.

Tudo isto levanta muitas questões que se não poderão desenvolver aqui. Contudo, o problema da liquidez externa terá de ser resolvido em dois ou três anos, até onde poderão durar as reservas do Banco de Portugal combinadas com os vários esquemas de cooperação internacional no domínio dos pagamentos.

* Tal passa, evidentemente, por uma actuação claramente de esquerda do P.S.



Considerando pontos assentes, os pressupostos políticos de controle da crise, parece-nos evidente que, tecnicamente, tal passará por medidas intensas de austeridade no quadro de uma economia tipo "de guerra". Estas medidas irão contra os padrões de vida das classes médias e eis aqui, parece-nos, uma contradição que é a grande questão do processo político português: um processo político dirigido largamente pela pequena e média burguesia que terá de atentar, pelo menos transitoriamente, contra o seu "modus vivendi", como se resolverá esta questão?

QUADRO I

EMPRESAS COM PARTICIPAÇÃO RELEVANTE DO ESTADO EM VIRTUDE DA NACIONALIZAÇÃO
DA BANCA E SEGUROS*

1. Sociedade	2. N.º. Acções nacionalizadas	3. % aproximada do cap. social nacional	1. Sociedade	2. N.º. Acções nacionalizadas	3. % aproximada do cap. social nacional
Setenave	110 160	18,4	A. Parry Son	11 000	?
Tabaqueira	31 697	16	Interforma	14 500	?
C.ª. Tab. Port.	6 037	45	Intar	13 654	30
Saga	2 000	40	Marconi	415 442	?
F. Ramada	14 736	?	ISU	17 500	87
C.ª. Port. F. Elect.	86 860	9	Fundos	68 250	= 50
Comundo	238 069	?	Sogestil	1 660	66,4
CUF	224 449	13	Supa	16 000	53,4
Celbi	65 452	20	Cinorte	22 585	18
Soc. Port. Pet.	50 522	13	Brisa	27 500	25
Snopa	40 422	53,2	C.ª. Cerv. Coimbra	10 257	70
U. F. A.	136 866	30	Celnorte	56 195	?
Diam. Angola	260 507	16	C.ª. Port. Pesca	28 148	30
Compal	117 512	= 50	Abrigada	6 000	20
Profabril	3 000	30	Socitrel	4 000	25
Unifa	8 550	= 50	Man. Nac. Borracha	21 700	?
Tinco	5 940	20	Met. D. Ferreira	20 717	30
Ipetex	10 000	30			

* Alguns bancos e seguradoras não tinham dados disponíveis. Faltam também dados (importantes) de carácter confidencial, e participações cruzadas e da Previdência Social.

- Bancos: I.P.; Totta; B.I.; C.A.; A; C.P.; E.S.C.L.; P.S.M.; Ang.; C.G.D.; P.A.; Alen.; N.U.; F.B.; (exercícios de 1973).

- Fundo FIDES.

- Seguros: Nac.; Fid.; Our.; Sob.; Açor.; Imp.; Sag.; Univ.; Mund.; Tranq.; Bonan.; (exercícios de 1973)

QUADRO II

SECTORES ECONÓMICOS FUNDAMENTAIS E SEU CONTROLE

1. FONTES DE ENERGIA E MAT. - PRIMAS:

1. Produção e distribuição de energia eléctrica
- totalmente dominada pelo Estado.
2. Refinação e distribuição de petróleo
- totalmente dominada pelo Estado.
3. Recursos minerais
- em vias de controle estatal.

2. INDÚSTRIA PESADA:

1. Siderurgia
- Controlada pelo Estado.

2. Construção de máquinas:

- participação de capital estrang., cerca de 20% do total do cap. social do sector.
- participação minoritária do Estado.
- domínio das empresas privadas: - OLIVA (ITT)
- COMETNA (Champ)
- MAGUE
- CASA HIPOLITO (E.S.)
- CUF



3. Construção naval:

- em vias de nacionalização completa (excepção da participação estrangeira minoritária na Lisnave e Setenave).

4. Ind. Mat. Eléctricos:

- Dominada em 81% do capital social total do sector pelo cap. estrangeiro.
- Nenhum controle do Estado.

5. Ind. Químicas de base:

- Cerca de 48% de participação de cap. estrangeiro.
- Participação minoritária do Estado.
- Empresas fundamentais não nacionais: - CUF
- U.F.A.

6. Tintas:

- Dominação do capital estrangeiro.
- Participação minoritária do Estado através da Tinto.

7. Sabões e óleos:

- Dominação do grupo CUF
 - . Sociedade Nacional de Sabões
 - . Macedo e Coelho
 - . Sonadel.

8. Ind. Farmacéutica:

- Dispersa, dominação do cap. estrangeiro.

9. Cimentos:

- Em vias de dominação do Estado.

10. Pasta de Papel e Papel:

- Participação estrangeira de 43%.
- Participação importante do Estado através de:
 - . CELBI, CELNORTE, SOCEL.

11. Borracha:

- Dominação do capital estrangeiro.

3 - INDÚSTRIA LIGEIRA:

1. Ind. alimentares:

- Dominação do grupo CUF (CUF, Soc. Nac. Sabões).
- Participação importante do Estado.
- Participação do estrangeiro (12% do cap. social).

2. Ind. de Bebidas:

- Participação do Estado (Soc. Cent. de Cervejas)
- Participação privada dominante (C.U.F.P. e Cergal).

3. Vidro:

- Dominação privada com dependência tecnológica total do exterior.

4. Cerâmica:

- Muito dispersa, dominação privada.
- Participação importante do Estado através da ABRIGADA.

5. Têxteis e vestuário:

- Dominação privada
- Participação estrangeira: têxt.: 12%
vest e colç.: 28%
- Domínio quase total nas confecções do capital estrangeiro.

6. Tabaco:

- Em vias de dominação do Estado.
- Participação estrangeira (maior.) na INTAR.

4. TRANSPORTES:

- Em vias de dominação pelo Estado.

5. SERVIÇOS:

1. Comércio:

- Em vias de dominação do fundamental do sector.

2. Turismo:

- Sector muito disperso, participação estrangeira de 34%.
- Participação importante do Estado (Torralta, Grão-Pará, Inter-Hotel, Fundus).

cont. da pag. 7

por um lado o que poderemos designar por comercial-colonialista englobando os latifundiários com formas arcaicas de exploração capitalista, a burguesia beneficiadora dos lucros das encomendas da guerra colonial, o pessoal político da primeira fase do Estado Novo que na corrupção do aparelho de Estado "adquiriu" poder económico e, essencialmente, parte do capital financeiro com relevantes interesses nas colónias (BNU, BPA e Espírito Santo). Por outro lado, a fracção

"europeia" do capital financeiro apta para o neo-colonialismo e ligada mais directamente ao imperialismo, englobando também os empresários capitalistas da terra (C.U.F. e Champalimaud à frente).

Toda a história do caetanismo é uma luta surda pela hegemonia de uma destas fracções a que as posições conciliatórias do ditador não conseguem pôr cobro.

Os dois projectos políticos subjacentes às referidas fracções, o capitalismo atrasado e o neocapitalismo, tinham em vésperas do 25 de Abril terminado mais uma batalha com a última vitória do primeiro.

O projecto spinolista significaria o neocapitalismo para Portugal. Até que ponto foi definitivamente afastado, eis uma das grandes questões.

NACIONALIZAÇÕES

ESTATIZAÇÃO × SOCIALIZAÇÃO

As nacionalizações já efectuadas e as decididas para curto prazo pelo Conselho Superior da Revolução estendendo-se por sectores importantes do actual sistema económico português inserindo-se no processo de transformação social assumem nele um carácter determinante já que registam o desencadear de transformações estruturais relativamente significativas.

É precisamente a natureza deste processo de nacionalizações, mais do que a sua amplitude em termos físicos, que têm levantado forte polémica entre as várias correntes políticas em presença reclamando-se a construção da sociedade socialista (e excluindo desde já o reformismo social-democrata do leque em consideração) e manifestada através de tomadas de posição diversas.

A determinação da natureza do processo de nacionalizações centra-se na demarcação nítida entre estatização e socialização.

A questão centraliza-se na demarcação nítida entre estatização e socialização. Isto é: o desenvolvimento acentuado do sector estatal não significa necessariamente a substituição das relações de produção capitalistas por novas relações de produção portadoras dos germens do modo de produção socialista, mas pelo contrário pode representar a condensação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista assegurando o "adiamento" temporário da resolução violenta dos antagonismos básicos.

I - AS DUAS LINHAS EVOLUTIVAS DE PERPETUAÇÃO DE RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

Historicamente, a perpetuação das relações de exploração claudicante nas formações sociais em que as contradições do sistema capitalista mais se acentuam quer conjuntamente quer estruturalmente, processou-se segundo duas linhas de evolução inicialmente distintas e paralelas

1 - a adequação das funções dos aparelhos estatais à evolução concentracionista das bases

As relações de produção capitalistas podem perpetuar-se quer no quadro da propriedade privada quer no quadro da propriedade estatal.

económicas mantendo ao nível jurídico da superestrutura a propriedade privada,

2 - a resolução negativa das experiências revolucionárias num sistema de capitalismo de estado integral, reproduzindo as relações de produção capitalista em novas relações de propriedade (substituição da propriedade individual pela estatal).

A - EM NOVAS FORMAS DE CAPITALISMO PRIVADO

A primeira linha é referente à evolução para formas de capitalismo monopolista de Estado existentes quer nos países capitalistas mais avançados do chamado "mundo ocidental" quer ainda noutros de menor desenvolvimento industrial inseridos na órbita dos centros capitalistas.

1. Nos Países

"CAPITALISTAS AVANÇADOS"

Naqueles esta fase processou-se no seguimento da evolução do m.p.c. das formas livre concorrenciais para os monopolistas com vista à ultrapassagem das

Com vista à superação das contradições inerentes ao mpc este evolui das formas livre concorrenciais às formas monopolistas de Estado.

contradições geradas pela crescente socialização da produção aliada à manutenção do carácter privado da posse dos meios de produção e da apropriação dos resultados da produção. Cada vez mais o recurso a escalas de produção alargadas através da concentração capitalista é insuficiente para assegurar o contrabalançamento da queda tendencial da taxa de lucro sem uma intervenção indirecta e directa do estado na economia desenvolvendo uma progressiva subordinação do cálculo de produção ao cálculo de distribuição.



Uma das formas que essa intervenção estatal reveste consiste no aumento significativo do sector estatal através de participações financeiras e de nacionalizações.

Se em alguns casos esses processos de estatização corresponderam a pressões geradas por movimentações populares de maior ou menor amplitude, mais ou menos politicamente enquadrados (geralmente ocorridas e provocadas num contexto de crise económica, social e política) eles foram rapidamente e positivamente recuperados, no sentido da ultrapassagem das dificuldades estruturais e conjunturais do sistema, pelo poder económico capitalista que nunca deixara de controlar minimamente a instância política.

Um exemplo típico é o da França do pós-II Grande Guerra Mundial onde, depois de uma primeira fase em que o grande capital viu o seu poder reduzido, nomeadamente através de várias formas de controle popular gerados, na sua grande maioria, na luta de resistência ao invasor alemão, através das nacionalizações efectuadas (abrangendo a maior parte da indústria energética, uma parte significativa dos transportes e telecomunicações, algumas das grandes empresas da indústria automóvel e aeronáutica, a banca emissora e companhias de seguros) e ainda e concomitantemente pela dinâmica política interna, os grupos económicos, lenta mas progressivamente foram recuperando o seu domínio recorrendo especialmente à ajuda pública. Por um lado o financiamento público dirigiu-se directamente para a recuperação e reestruturação do sistema produtivo o qual se tinha debilitado enormemente durante a guerra. Por outro lado, para o refasamento das suas bases o capitalismo francês necessitava de um aceleramento pronunciado do processo de acumulação obtido essencialmente através de altas taxas de exploração da força de trabalho. Ora,

A França do pós-guerra é um exemplo típico da utilização das nacionalizações no sentido de uma evolução "neocapitalista".

tendo as classes trabalhadoras assegurado aumentos de salários

consideráveis estes foram sendo recuperados por um processo inflacionista. Mas para que tal fosse possível as empresas, principalmente as de maior dimensão e ligadas aos grandes grupos económicos, tiveram acesso fácil a amplos créditos (os quais, por uma série de circunstâncias eram, na altura e na sua maioria, públicos) que lhes permitiram o pagamento de salários e a reconstrução do capital fixo e do capital circulante antes da posterior subida de preços (fixados a níveis que para além de assegurarem estes custos por maiores que fossem, permitissem elevadas taxas de lucro). Assim se processou a "reconstrução nacional" até inícios da década de 50 à custa da estagnação do poder de compra real das classes trabalhadoras francesas, criando as bases para um processo de evolução "neocapitalista" da economia francesa. Desde então o papel do sector público nesta não deixou de crescer: nos finais da década de 60 o sector público abrangia cerca de 10% da produção nacional, 11% do total dos assalariados e o seu peso no conjunto dos investimentos produtivos rondava os 34%; existiam 150 empresas públicas e o Estado tinha participações em mais de 1.000 empresas para além das inúmeras sociedades de economia mista existentes; controlava cerca de 35% do capital básico das sociedades na indústria, 50% na energia e 30% nos transportes e comunicações; controlava cerca de 45% do conjunto dos sectores da energia, transportes, telecomunicações, mecânica, armamento e química; em alguns ramos o Estado detinha mesmo uma situação de quase monopólio como na produção e distribuição de electricidade (80%), gás (95%) energia atómica, indústria aeronáutica (80%) etc.; foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial (IDI) uma empresa de participação financeira e constituída à base de capital público mas que possui uma direcção de maioria privada ligada aos interesses dos grandes grupos económicos.

Também na maioria dos outros países capitalistas da Europa Ocidental se registou o fenómeno de crescimento do sector público principalmente no pós-II Grande Guerra: na Itália (11,5% do total de assalariados; 8% da

produção total; 28% do total dos investimentos produtivos) na República Federal Alemã 7% da produção total; 23% dos inv. prod.) na Bélgica (5% ; 14%) na Holanda (9% ; 21%).

Os problemas económicos e sociais da Grã-Bretanha capitalista são hoje atacados através de nacionalizações sucessivas.

Na Grã-Bretanha o processo de estatização é já anterior à II Grande Guerra, não sendo fruto do acaso o facto de os sectores nacionalizados possuírem baixas taxas de lucro mas cuja existência é essencial ao funcionamento do sistema económico capitalista. Neste país o sector público controla mais de 20% da economia e tudo indica que com as crescentes dificuldades económicas e sociais actualmente existentes a tendência seja para o seu aumento significativo.

2. Nos "CAPITALISMOS

RETARDATÁRIOS"

Mas não foi só nas economias mais industrializadas que se processaram formas de intervenção estatal no quadro de relações de propriedade predominantemente privada. Também em formações sociais em que coexistem relações de produção pré-capitalistas e relações de produção capitalistas sendo estas dominantes (por vezes designados de "capitalismos retardatários"), o sector estatizado atinge amplitudes consideráveis por razões que têm a ver principalmente com as características específicas da instauração (tardia) das relações de produção capitalistas nestes países. Alguns exemplos: a R.A.U. nacionalizou em 1961 todos os bancos, companhias de seguro e ainda as grandes empresas do país; a Bolívia nacionalizou em 1952 os jazigos

Na generalidade dos países da periferia capitalista um sector público volunoso sustenta as fraquezas estruturais das burguesias nacionais.

de estanho, que constituem a principal riqueza do país asse-

gurando, por outro lado, cerca de 60% da exportação deste produto através de uma empresa estatal; no Uruguai as empresas nacionalizadas (produtos petrolíferos, energia, cimento, indústria química, ramos derivados da carne) representavam em meados da década de 60 cerca de 15% da produção industrial; o peso do Estado no conjunto dos investimentos produtivos era, em meados da década de 60, na Índia cerca de 60%, no Camboja 70%, na Birmânia 50%, no Brasil 40%, no México 47%.

3. A Natureza do Poder Político

Uma característica comum aos exemplos apontados quer quanto aos "capitalismos avançados" quer quanto aos "capitalismos retardatários", é que os processos nacionalização sempre se fizeram num contexto de domínio, se não mesmo de monopolização total, do poder político por parte das forças hegemónicas do bloco social dominante (existente já anteriormente a esses mesmos processos). Por outro lado, e para

As nacionalizações efectuadas nos países onde não chegou a haver uma crise de dominação burguesa foram facilmente instrumentalizados através do controle da instância política pela burguesia.

além da inexistência de uma situação de crise de dominação política, as nacionalizações efectuadas não afectaram, na generalidade dos casos, os centros nervosos do poder económico dos capitalistas privados (principalmente no que respeita aos países capitalistas mais avançados já que nos "capitalismos retardatários" o problema é muito mais complexo).

4. Perspectivas de Evolução

Perante o quadro geral atrás traçado poder-se-á perguntar qual será o resultado a longo prazo da tendência intervencionista do Estado nas economias e capitalismo monopolista de estado? Será que os aparelhos estatais traduzirão na sua in-

tervenção política e no quadro de relações sociais capitalista a dinâmica do bloco das relações de força representadas dos interesses monopolistas privados (por outras palavras continuará o Estado ao serviço dos interesses privados dominantes)? Ou será que, pelo contrário, se evolverá no sentido da abolição do capital enquanto propriedade privada no quadro da própria produção capitalista? (O capital livro III, Karl Marx) com o correspondente desaparecimento dos capitalistas privados, constituindo-se o Estado como forma institucional da propriedade e reproduzindo-se a classe exploradora a partir das camadas sociais que asseguram autonomizadamente a gestão dos meios de produção?

Não será difícil reconhecer que estas duas hipóteses não se sobrepõem necessariamente podendo cada uma ter o seu "tempo".

O grau de desenvolvimento das forças produtivas actualmente registado nos países mais desenvolvidos tem permitido a ultrapassagem das Contradições existentes, ainda no quadro das economias de mercado e portanto das categorias jurídicas características do capitalismo de propriedade privada. Mas também é certo que se verifica o movimento inevitável e necessário de "socialização" e "colectivização" e "colectivização" (relativa) do capital (sociedades por acções) assumindo formas que cada vez menos se enquadrarão, no plano jurídico, com a categoria de propriedade privada. Paralelamente as transformações sucessivas nas relações técnicas de produção, que já tinham conduzido à impossibilidade de controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, promovem agora, cada vez mais, o afastamento do proprietário privado do controle desse mesmo processo produtivo. O proprietário privado deixa assim de ter a propriedade real dos meios de produção embora o continue a ser juridicamente. De proprietário privado-gestor passa a proprietário privado não gestor. Sendo verdade que este movimento ainda não atinja aspectos generalizados e acabados (encontra-se mais desenvolvido nos países capitalistas avançados e a sua expressão mais perfeita serão talvez as grandes multinacionais) não se pode, no entanto,

deixar de reconhecer o aparecimento e desenvolvimento de uma

A inevitabilidade de uma crescente estatização nos capitalismos monopolistas de Estado provocará, a maior ou menor prazo, a passagem gradativa a formas de capitalismo de Estado Integral reproduzindo a tecnocracia como a nova burguesia colectiva.

camada social de gestores não-proprietários (também conhecida por tecnocracia) ligada à gestão directa e efectiva do processo produtivo¹ e a que se podem associar os tecnocratas de Estado e os gestores das empresas públicas².

Estas camadas intermediárias resultantes e dependentes da evolução do modo de produção capitalista, são extremamente sensíveis à resolução das contradições que põem o sistema em perigo e consequentemente a sua própria existência. Ora, sendo elas conhecedoras de algumas das leis de evolução social, embora de uma forma empírica e superficial, a sua luta pela sobrevivência das relações objectivas existentes, será no futuro, ao mesmo tempo e necessariamente uma luta contra o capital privado e pelo capitalismo de Estado. Quando será esse futuro? Pode ser já "hoje". Tal dependerá por um lado da existência de condições que lhes permita (à tecnocracia) tomar consciência da impossibilidade de permanência no quadro do capitalismo privado (condições essas que aparecerão normalmente numa crise económica e social profunda), e por outro lado da posse da força política necessária à criação e à condução de um processo de transformação das formas sem alteração das relações sociais fundamentais (ou colocando a questão negativamente: tal dependerá igualmente da incapacidade da superação revolucionária da crise por parte do bloco social interessado na substituição das relações sociais de dominação e exploração por relações socialistas que permitam o desenvolvimento da dominação e do controle total do processo de produção e dos seus resultados pelos produtores).

B - EM FORMAS DE

CAPITALISMO DE ESTADO
APÓS RESOLUÇÃO NEGATIVA
DE EXPERIÊNCIAS
REVOLUCIONÁRIAS

Analisemos agora a outra linha de evolução apontada que consiste na resolução negativa de experiências revolucionárias de transformação radical das relações de produção em formas sociais concretas numa forma de capitalismo de Estado integral.

Para este caso existem exemplos concretos de experiências temporariamente revolucionárias mas que por circunstâncias várias não registaram a implantação definitiva de relações de produção socialistas mas pelo contrário degeneraram em formas de dominação, opressão e exploração da maioria da população por uma minoria, substituidora das antigas classes exploradoras, no quadro de novas categorias jurídicas, ideológicas e económicas.

A resolução negativa de experiências revolucionárias através da reimplantação de relações objectivas de exploração e alienação no quadro de novas categorias jurídicas e ideológicas é consequência directa da autonomização das vanguardas políticas em relação às classes trabalhadoras.

Após o derrube do poder político da ordem capitalista abre-se um processo de transição caracterizado, por parte do novo detentor do poder político, a vanguarda organizada do bloco histórico revolucionário, por um lado pela tomada de medidas de ordem política económica que impossibilitem a recuperação quer económica, quer política, quer ideológica das classes sociais recentemente destronadas, e por outro lado pela criação de condições que possibilitem e promovam o desenvolvimento de novas relações sociais as quais se traduzam no tempo na crescente substituição do aparelho de Estado pelos trabalhadores or-

ganizados no domínio e controle do processo de produção e da utilização dos seus resultados.

Para a prossecução destes dois objectivos, que são interdependentes e que se tenderão a justapor, um processo de estatização dos principais meios de produção é necessário (mas não suficiente, como veremos) pois que por um lado representa uma restrição e um abalo profundo do campo económico e do quadro jurídico no seio do qual se apoiava e se desenvolvia a dominação burguesa, por outro lado cria um novo campo económico e jurídico no interior do qual se processará a implantação de novas relações sociais de produção. Para além disso os imperativos (revolucionários) de gestão racionalizados (não rentabilizada) dos meios de produção estatizados (e não só) implicam a adopção de um esquema de planeamento substituindo a dominância

A prossecução de um processo de estatização dos principais meios de produção e a generalização das relações de planeamento são condições necessárias mas não suficientes à implantação de novas relações sociais de produção.

das relações de mercado (embora estas continuem a coexistir de uma forma subordinada e controlada com) pelas relações de planeamento por longo tempo, dever-se-á, de acordo com as possibilidades permitidas pela evolução concreta do processo promover o seu enfraquecimento e progressivo desaparecimento). E a generalização das relações de planeamento é tanto mais necessária quanto é certo que normalmente as experiências revolucionárias se fazem num período de crise económica, são seguidas pelo desmoronar do sistema económico capitalista e dos seus mecanismos próprios de regulação económica e são ainda sujeitos ao boicote económico externo.

Em face das dificuldades de ordem económica, política e mesmo social que se apresentam ao processo revolucionário é compreensível a tendência da (s) organização (ões) de vanguarda instalada no aparelho de Estado para a centralização e autonomização da gestão dos meios de

produção e da organização da sociedade nos seus vários planos com prejuízo das formas de controle directo quer das unidades de produção consideradas separadamente quer da coordenação global processada nomeadamente ao nível do planeamento.

No plano ideológico e político este movimento será naturalmente traduzido por uma burocratização e fortalecimento dos aparelhos estatais e subsequente enquadramento repressivo das movimentações autónomas das classes trabalhadoras.

Concomitantemente se processa a uma transformação objectiva da natureza da base social das vanguardas políticas identificando-se cada vez mais (é até natural que uma parte dos seus elementos já o estivessem anteriormente) com os aparelhos estatais, gestores autonomizados

No capitalismo de Estado integral os aparelhos estatais, em vez de se enfraquecerem e deperecerem progressivamente, são fortalecidos e instrumentalizados pela burguesia de Estado ao enquadramento repressivo das movimentações autónomas dos trabalhadores.

(em relação à instância económica representada pelos produtores directos) do processo produtivo. Isto só é possível como se depreende, por estas vanguardas não se encontrarem ligadas directamente à produção nem tão pouco controladas politicamente pelos trabalhadores.

Deste modo, à reinstalação de novas formas de relações sociais de dominação (dominação económica dos trabalhadores por estes não poderem controlar mininamente o processo de produção e a utilização dos seus resultados) corresponde a reprodução de uma nova classe exploradora e opressora no contexto de novas relações de propriedade, e que se encarregará (consciente ou inconscientemente, com boas ou más intenções pouco importa) de instrumentalizar o carácter repressivo do Estado à criação de condições de perpetuação da ordem social estabelecida.



As novas relações sociais revelam-se como de exploração pela apropriação do sobretabalho pelos capitalistas colectivos fundamentalmente através de meios repressivos (físicos ou ideológicos). A exploração e a opressão são efectuadas não necessariamente e exclusivamente com vista ao consumo por parte dos componentes da burguesia de Estado mas fundamentalmente dirigidas à perpetuação da sua dominância a qual depende da sobrevivência do sistema.

Tendo estes regimes de capitalismo de Estado "ideologicamente marxistas" de se desenvolver mais ou menos em oposição aos capitalismos privados e no quadro da concorrência imperialista dos blocos, a necessidade de um processo de acumulação autónomo e acelerado pode exigir a obtenção de altas taxas de lucro fundamentalmente à custa da desvalorização da força de trabalho (mais valia relativa) mas também através de corridas de produtividade (mais valia absoluta).

Em suma do atrás exposto constata-se:

- a possibilidade de perpetuação de relações sociais de exploração classista no quadro de novas relações de propriedade (estatal e de novas categorias ideológicas e económicas (p.e.o plano);
- que para se combater a restauração do capitalismo privado e para se poderem desenvolver novas relações de produção é necessária a estatização dos sectores fundamentais da economia acompanhada da promoção das relações de mercado;

A apropriação do sobretabalho pelos capitalistas colectivos são a base do processo de acumulação interno.

- que só se pode falar em transição para o socialismo quando são objectivamente criadas condições de crescente dominação e controle do processo produtivo e da utilização dos seus resultados por parte das classes trabalhadoras passando necessariamente pelo controle permanente da instância política do poder revolucionário por parte das classes trabalhadoras;

- que o socialismo não se fica pela conquista dos aparelhos estatais pelas vanguardas políticas, nem sequer pela estatização dos meios de produção e pela regulamentação económica através de relações de planeamento mas que exige o desenvolvimento da luta de classes embora sob novas formas;

II - AS NACIONALIZAÇÕES

EM PORTUGAL

É em face das considerações gerais e teóricas feitas e da análise concreta da realidade política e económica portuguesa que nós julgamos dever-se considerar a natureza e amplitude das transformações económicas registadas em Portugal.

A - A SUA NATUREZA

Desde logo se depreende que as nacionalizações efectuadas, por mais ou menos amplas que sejam, nada significam desligadas da dinâmica própria do processo português.

Assim a natureza política das

A natureza política do processo de nacionalizações será determinada pela forma como se resolver a crise de dominação vivida em Portugal.

nacionalizações terá de ser determinada definindo simultaneamente e articuladamente quer a caracterização política da relação dialéctica de forças que gerou essas medidas (análise conjuntural) quer perspectivando o carácter e o sentido da evolução futura do actual processo socio-político.

Para quem considere que o actual poder político, aqui encarado globalmente, mais não representa que as forças sociais interessadas numa recuperação da actual crise económica numa perspectiva capitalista - mais

Nacionalizações: sem elas não há socialismo, com elas há capitalismo - preso por ter, preso por não ter.

claramente: que o M.F.A. e o governo são os representantes da burguesia capitalista (privada

ou "social-fascista" - é evidente que não pode deixar de encarar as nacionalizações unicamente como uma forma de perpetuar a exploração capitalista.

Por outro lado as nacionalizações não poderão deixar de significar "praticamente o poder do povo e o socialismo" para quem encare o actual centro do poder político como uma encarnação mais ou menos vanguardista desse mesmo "povo" e perspectiva o socialismo não como o poder dos trabalhadores mas como uma dirigismo vanguardista.

Finalmente, e quanto a nós correctamente, as nacionalizações efectuadas e a efectuar traduzem avanços necessariamente condicionados pela natureza da resolução a prazo da crise de dominação política e económica actualmente traduzida a nível da superestrutura política pelo jogo de forças diferentes e contraditórias sem que nenhuma delas se tenha hegemonizado totalmente.

No actual contexto político a estatização é ainda uma via de dois sentidos: por um lado ela provocou abalos profundos na estrutura económica capitalista existente criando ao mesmo tempo a possibilidade de edificação de um novo campo económico onde se poderão desenvolver novas relações de produ-

Nacionalizações + Controle Popular = avanços para o socialismo.
Nacionalizações + Controle Capitalista = avanços para o capitalismo de Estado.

ção; mas por outro lado fica também aberta a possibilidade de a transformação pura e simples das relações de propriedade permitir a perpetuação de relações sociais de exploração e opressão numa nova forma - o capitalismo de Estado integral - assim como fica aberta a possibilidade de estas nacionalizações permitirem uma adaptação superestrutural a uma transformação "neocapitalista" da base económica no quadro do capitalismo privado.

Portanto as nacionalizações, só significarão avanços significativos no sentido da construção da sociedade socialista



se forem acompanhadas de um crescente controle operário quer ao nível das unidades produtivas particularizadas, quer ao nível da coordenação do processo de produção globalmente considerado (nomeadamente do planeamento), quer ainda ao nível da organização da sociedade em vários planos com destaque para a instância política. Por outras palavras será fundamental o controle numa perspectiva global sobre o sector nacionalizado (e não só) e sobre o planeamento desse mesmo sector (e não só) e de uma maneira geral sobre a

O controle popular terá que ser exercido numa perspectiva global e dialecticamente articulado com a luta pelo poder político sem a conquista do qual não se poderá construir o socialismo.

política económica governamental por parte das organizações autónomas dos trabalhadores (comissões de trabalhadores, comissões de moradores e de zona, conselhos de aldeia, comissões sindicais etc...) mas controle esse que, como é evidente, se terá de articular dialecticamente com avanços ao nível do poder político no sentido da hegemonização das organizações representantes dos interesses dos trabalhadores.

Em suma, se a estatização em curso dos meios de produção pode traduzir-se a curto e a médio prazo num avanço das forças "reformistas de esquerda" ela representa também um ataque à ordem económica capitalista criando, ao mesmo tempo, um campo de actuação dos trabalhadores auto-organizados e das suas vanguardas políticas no sentido do lançamento e desenvolvimento de novas relações sociais de produção.

O sector nacionalizado é um campo privilegiado para o desenvolvimento qualitativo da luta de classes.

Em face disso há que reconhecer que a resolução revolucionária da crise de dominação burguesa pressupõe que se avance decididamente no apoio à construção de poderes populares (ou chame-se-lhes o que se quiser) em todos os campos do quo-

tidiano social com especial incidência na produção. O sector nacionalizado será um campo privilegiado para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo de tais organizações assim como para a sua actuação coordenada, demonstrando na prática a superioridade da alternativa operária à gestão capitalista de sociedade.

Tal passará necessariamente pelo combate quer a todas as concepções reformistas que não concebendo o socialismo como o efectivo controle do processo produtivo por parte das classes trabalhadoras procuram esquivar-se dirigisticamente e cupulisticamente as movimentações populares, quer ao "lirismo" esquer-

A construção dos poderes populares passa pelo combate ao "reformismo golpista" de esquerda e ao "lirismo esquerdista".

disto que incapaz de analisar correctamente a realidade concreta confundindo o inimigo principal se vê transformado em ultra-direitismo, quer ainda a todas as práticas anarco-sindicalistas que desprezando a luta pelo poder político levam os trabalhadores a apontar o domínio da burguesia de sua forma parcelar e economista.

B - A SUA AMPLITUDE

Um factor que tem de ser considerado é o referente à própria amplitude das nacionalizações efectuadas o qual não podendo servir de critério exclusivo da natureza dos mesmos não é de modo nenhum secundário.

Como já atrás se acentuou o desmantelamento do sistema capitalista passa necessariamente pelo retirar à fracção dominante da burguesia o controle do processo produtivo globalmente considerado. Por outro lado a substituição da irracionalidade (relativa) da regulamentação económica através do sistema de mercado pela racionalidade das relações de planeamento pressupõe o controle efectivo do processo cíclico de capital nas suas fases distintas de financiamento, produção e realização

por parte dos sujeitos realiza-

As nacionalizações efectuadas se bem que representando um efectivo ataque ao poder económico capitalista terão de ser prosseguidas até permitirem o total controle do processo produtivo e a implantação de relações de planeamento dominantes.

dores do plano. Ora as nacionalizações efectuadas e anunciadas se bem que significativas terão de ser complementadas por outras que assegurem a realização total e simultânea dos dois objectivos enunciados: o anti-capitalismo e o pró-socialismo

Finalmente, e partindo do princípio que as novas relações de planeamento correspondem a uma efectiva transição para o socialismo, a subordinação das relações de mercado ainda existentes às relações de planeamento (dominantes) e a progressiva redução do campo dessas mesmas relações de mercado são condições essenciais para se evitar a recuperação do poder económico e subsequentemente político do capitalismo privado

A progressiva eliminação das relações de mercado é uma das tarefas históricas no processo de edificação do socialismo.

seja ele grande ou pequeno. Isto quer dizer que as nacionalizações não devem de maneira nenhuma consistir num processo de apoio à ascensão da pequena e média burguesia comercial, industrial e agrária a qual pelas leis do desenvolvimento capitalista se poderia ir fortalecendo com consequências imprevisíveis. Embora seja indiscutível a sua existência durante uma fase de transição é indispensável ir-se promovendo a progressiva integração deste sector privado no sector colectivizado.

AS NOTAS DESTA ARTIGO

ENCONTRAM-SE NA PÁGI-

NA 25.

A CADEIA DAS METÁLICAS NA ECONOMIA PORTUGUESA EM 1973

1. as cadeias produtivas

No processo produtivo estabelecem-se relações de compra e venda entre os diferentes ramos produtivos que compõem a economia respectiva. Dentro desse conjunto poderemos isolar, para efeitos de análise, determinados subconjuntos de relações a que chamaremos cadeias (ou blocos). Assim, em relação à economia portuguesa, vamos considerar a seguinte cadeia a que chamaremos cadeia das "metálicas":

Extractiva-
-Metalurgia de base

metálicas tradicionais
(ferramentas, etc.)

material eléctrico e metalomecânica (maquinaria, material de transporte, construção naval etc.)

(...)

Tal cadeia não é, evidentemente, isolável da restante economia portuguesa. A sua individualização obedece a intuídos de análise, havendo que ter em conta, no entanto, que entre os diferentes ramos considerados se estabelecem ligações não explicitadas. A sua individualização justifica-se pelas relações preferenciais que se estabelecem entre os diferentes ramos produtivos que constituem a cadeia exposta acima.

O estudo de tal bloco permitirá avaliar a integração dos diferentes ramos produtivos que a compõem, da sua importância relativa e da sua autosuficiência (entendida como o maior ou menor recurso a importações estrangeiras). Consequentemente, ficar-se-á com uma visão da situação estrutural do bloco.

A escolha do bloco das metálicas deve-se à sua importância no processo de industrialização e desenvolvimento económico. No desenvolvimento económico de um país é indispensável a industrialização e esta só é conseguida através da criação e desenvolvimento de um núcleo metálico (siderurgia ferrosa e não ferrosa, maquinaria, material de transporte, bens de equipamento) independente do exterior, integrado nas diferentes fases produtivas e capaz de fornecer em

bens de capital ou outros sectores económicos. Só esse núcleo é capaz de desencadear o processo de industrialização de um país. Ele assume um papel matriz: porque a sua existência envolve a existência de indústrias e empreendimentos complementares, porque ao fornecer em tecnologia os outros sectores económicos torna-os capazes de produzir mais riqueza com a mesma quantidade de trabalho - é o factor básico no aumento da produtividade do trabalho.

Os processos de industrialização de que beneficiaram os países capitalistas desenvolvidos assentou precisamente na criação de tal bloco matriz. Também os processos de industrialização em países socialistas assentou nesse bloco, embora a formação e desenvolvimento das metálicas se realizassem por processos diferentes e em contextos diferentes.

Ora uma coisa que não será difícil de constatar é que o crescimento económico que se tem verificado em Portugal nos últimos anos nunca gerará esse bloco matriz. Além do país ser largamente deficitário em tais produções até se situando os maiores gastos em importações, as nossas unidades metalúrgicas, metalomecânicas, etc., carecem de autonomia tecnológica, são frequentemente mal dimensionadas e mal apetrechadas, desapoquiadas entre si e do restante processo produtivo e dependentes, directamente ou indirectamente, do estrangeiro. O nosso processo de crescimento económico enquadra-se na divisão internacional do trabalho existente, em que Portugal se comporta como país importador de bens de equipamento e demais maquinaria e em exportador de produtos tradicionais. É pois um processo incapaz de desenvolver internamente unidades industriais autónomas do estrangeiro, integradas nas necessidades dos outros sectores nacionais e sendo o trampolim para novos investimentos que aprofundem o processo de industrialização.

O desencadear de tal processo, no caso português, só é possível através de uma política económica adequada, socialista, em que os recursos internos seriam racionalmente utilizados. Isto sem cair em "industrialismos", ou seja, na divinização da industrialização. Esta, teria de ser definida atendendo ao modelo de sociedade



que pretendemos (que não a "sociedade de consumo") e tendo em conta as limitações de um processo "eminente interno" num país pequeno e subdesenvolvido, como o nosso.

2. a cadeia metálica portuguesa

Importa pois o estudo das metálicas portuguesas, analisando primeiro, sucessivamente, as fases da cadeia, e retirando depois conclusões. Para isso recorrer-se-á fundamentalmente às Estatísticas do Comércio Externo e às Estatísticas Industriais, na ausência de uma matriz portuguesa actualizada. Antes de o fazermos convém dar uma ideia da importância da cadeia das metálicas na economia.

Não considerando na cadeia as extractivas, os restantes ramos englobados contribuíram, em 1973 em 14% para o PIB e representavam cerca de 1/3 do Produto Interno Bruto das "Transformadoras".

A fase final da metálica (...) em termos de VAB, tem uma importância oito vezes maior que a "metalurgia básica". Não é possível, sem uma matriz, tirar conclusões mais pormenorizadas sobre a importância relativa dos diferentes ramos da cadeia. Só comparando os montantes que se referirão adiante para os diferentes ramos se poderá ter uma ideia aproximada da sua importância relativa (tais montantes expressam sempre em os "valores brutos totais").

2.1. EXTRACTIVAS LIGADAS À METALURGIA

As extractivas encontram-se estagnadas há já muitos anos. Em 73 a extractiva ligada aos minerais ferrosos representava menos de 1% do total da extractiva nacional.

Recorre-se, conseqüentemente, à importação. Do mesmo modo se recorre às importações de coque e de carvões coqueificáveis para o funcionamento da nossa metalurgia de base. Valores importados em 73:

- Minerais ferrosos e não ferrosos...	197 412c.
- Coques e carvão.....	540 924"

Não há integração da fase extractiva à fase transformadora, e tal não se deverá tanto à falta de recursos naturais respectivos, mas sobretudo ao abandono a que tais recursos têm sido votados.

2.2. A METALURGIA BÁSICA

Inclui: produção de coques, gusas, laminados e trefilados de ferro e aço, tubos, fios, etc... A importação é de 6,5 milhões de contos e a produção interna de 8,4 milhões de contos (em 1973). Mais em pormenor e em Valor Bruto, a produção interna neste sector é assim constituída (em milhares de escudos):

- Obtenção de laminação de ferro e aço e folha de flandres	3 692 458
- Trefilagem de ferro e aço	486 644
- Básicas de ferro e aço	1 096 000

- Não ferrosos e suas ligas	2 113 887
- Outros, n.e	2 026 642

(cfr. Estatísticas Industriais, 1973)

As importações são assim constituídas:

- Ferro, aço, chapas, tubos, etc.....	5 092 984
- Não ferrosos e suas ligas.....	1 326 376

(Estatísticas do Comércio Externo)

Os números são elucidativos sobre a fraqueza da nossa metalurgia de base, incapaz de fornecer os sectores a juzante.

Estes valores são um indicador do baixo nível de desenvolvimento industrial. Num país mais desenvolvido os ramos das metálicas constituem a parte mais importante das transformadoras e o seu peso na economia é muito mais elevado...

2.3. METÁLICAS TRADICIONAIS

Incluem-se aqui as seguintes produções:

- Pregos, parafusos e artigos de arame	678 234
- Louça metálica	183 897
- Ferramentas manuais e certa "maquinaria industrial" (tornos, tesouras, serras, etc.).....	860 788
- Latoaria e embalagens	839 371
- Fios e cabos isolados	979 478

Repare-se no forte peso que este conjunto de produções tem: perto de 4 milhões de contos, é o grupo tradicional das metálicas. Este grupo é, por assim dizer, o sucessor das manufacturas pré-capitalistas. A sua produção encontra-se repartida por muitas pequenas unidades mal apetrechadas.

Os altos montantes englobados nas rubricas referidas acima são um indicador sintomático do estado das "metálicas" nacionais: o facto de os "fios e cabos isoladores" terem uma importância maior que o ramo "motores, geradores, transformadores e rectificadores"; ou o facto de os "pregos, parafusos e artigos de arame" terem o dobro da importância conjunta dos ramos "construção e montagem de máquinas agrícolas" e "máquinas para indústrias alimentares e bebidas", é elucidativo sobre o grau de desenvolvimento industrial nacional.

As metálicas tradicionais são, dentro das metálicas, as únicas onde existe uma auto-eficiência elevada, embora os montantes importados em ferramentas (158 011 contos) e outros produtos quer pela sua elementaridade de fabrico poderiam ser produzidos internamente, seja importante.

2.4. METÁLICAS FINAIS

O grosso das importações em produtos industriais situam-se nestes ramos. A produção nacional caracteriza-se por uma quase total dependência. Senão vejamos a situação dos quatro subgrupos considerados: "maquinaria e material de equipamento", "material de transporte", "construção e reparação naval" e "material eléctrico".



No que respeita ao "material e equipamento industrial, agrícola e outro", embora se considere nas Estatísticas Industriais rubricas como "Caldeiraria" (produção interna: 0,96Mc), "Construção e montagem de máquinas agrícolas" (0,245 Mc), "Construção e montagem de máquinas para indústrias alimentares e bebidas" (160 155 contos), "Máquinas de elevação e remoção" (1,18Mc) "Frigoríficos e máquinas para indústria de gelo" (92 891 contos), "Motores, geradores e rectificadores" (847 000 contos), sabe-se que grande parte destas actividades se resumem à incorporação de trabalho (montagem). Uma importante excepção é o ramo abrangido nas Estatísticas Industriais pelo nome "produções metálicas não específicas". Aqui há, efectivamente, produção nacional: "Abat-jours", andaimes, banheiras, candeeiros, cofres, reservatórios electrodos para soldadura, etc., mas são, como se vê, produtos muito "elementares" praticamente na linha dos que agrupámos no grupo das "metálicas tradicionais". Tal conjunto de produções valeram em 73, 2 084 642 contos.

Mas a maioria dos ramos depende estreitamente do estrangeiro na tecnologia, nos componentes a montar e muitas vezes financeiramente. Exemplificando: sabe-se que no material agrícola, mais concretamente nos tractores, mesmo a montagem é diminuta: em 73 importou-se 708 808 contos de tractores e a montagem nacional foi contabilizada em 78 mil contos.

A montagem é um dos aspectos básicos ligados à situação da metálica final em Portugal. Ela é particularmente visível no que toca ao "material de transporte". Tirando algum "material de caminho de ferro" e os "motociclos e bicicletas" (0,848 Mc) tudo o mais é montagem. A importância deste grupo (material de transporte) avalia-se pelo valor das importações (8,7 Mc), e da montagem nacional (11,2 Mc).

Tal inscreve-se nitidamente na divisão internacional do trabalho. É ela que explica o ganhar rápido de importância que o sector "construção (reparação) naval" teve nos últimos anos. Também aqui a dependência do exterior é marcante, pois que tais actividades estão viradas fundamentalmente para os clientes capitalistas estrangeiros que apadrinharam a criação do sector e nele têm as suas participações.

Igualmente na linha da divisão internacional do trabalho se situa o sector "material eléctrico", dominado pelo capital americano, alemão, holandês e belga, fundamentalmente virado para a exploração da mão-de-obra (feminina) barata. No ramo das eléctricas, embora com infiltrações do capital estrangeiro, só se pode falar em produção nacional no caso das "lâmpadas eléctricas" (0,11 Mc) "pilhas e acumuladores" (0,213 Mc) e pouco mais. O restante é importado.

3. conclusões

O bloco das metálicas portuguesas está claramente desmembrado, sem integração das diferentes fases produtivas, com múltiplos buracos na cadeia interindustrial, preenchidos através de grandes montantes em importações (directas ou indirectas: mediatizadas pela montagem). Há que rever a política industrial portuguesa planificar, criar os ramos motrizes que contribuem para a criação de um núcleo industrial autónomo embora limitados como estamos nas nossas opções. Urge que o crescimento industrial passe a ser integrado, e deixe de crescer pelo adicionar irracional de sectores (electrónica, montagem de automóveis, etc.), que nada têm a ver com as necessidades nacionais e apenas se inscrevem na divisão internacional do trabalho. É necessário que o País deixe de ser trespassado pelos interesses do imperialismo estrangeiro, que as suas produções tendam a complementar e a satisfazer as procuras nacionais, que o processo de desenvolvimento passe a ser " eminentemente interno" (ou pelo menos, mais interno), condição indispensável para a independência económica (e política).

UM GRUPO DE ESTUDANTES DO 5º ANO



NOTAS DO ARTIGO SOBRE "NACIONALIZAÇÕES - ESTATIZAÇÃO x SOCIALIZAÇÃO"

- 1 Este facto tem sido constatado inclusivamente por economistas burgueses como é o caso do norte-americano Kenneth Galbraith que se refere à tecno-estrutura empresarial como sendo o centro de poder e de comando da moderna sociedade capitalista.
- 2 Convém não identificar estas camadas sociais com a chamada pequena burguesia não possuidora ou urbana ("classes médias") embora esta designação seja geralmente usada como incluindo o que nós aqui designamos de tecnocracia.

ARMA/CRITICA

PRÓXIMOS NÚMEROS (especiais)

- A QUESTÃO AGRÁRIA



- PROBLEMAS DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

COLABORA
ENVIA-NOS
TRABALHOS

toda a correspondência e informações contacta para:

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO I.S.E.

Rua Miguel Lupi, 11 - telf. 60 19 23

LISBOA



EDITADA PELA SECÇÃO DE FOLHAS

DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA